

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desconto em multa pode incentivar pagamento de autuação fiscal 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Pazuello por um fio, Ludhmila no palácio 4

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Pazuello sob pressão máxima 6

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Contra falência, empresas de Collor tentam renegociar dívidas de R\$ 582 mi 11

O GLOBO - RJ - PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

Planalto é provocado a barrar corte de verba da PF 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

União reduz contratação de servidores e concentra admissão em temporários 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O desmonte conduzido pelo chefe do Executivo (3) 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bilionários ficam mais ricos e pobres afundam na miséria 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

30 anos do Código de Defesa do Consumidor (2) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Casa Branca estuda como custear plano econômico 23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministros votam contra créditos de ICMS no PIS/Cofins 24

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuinte poderá realizar pagamento de impostos com cartão de crédito 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Além do vírus, fome - ANA CRISTINA ROSA 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Benefícios a procuradores e juízes avançam na pandemia 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
SERVIDOR PÚBLICO

Juro baixo e pandemia ajudam a erguer pirâmides financeiras, aponta relatório 31

Segunda-Feira, 15 de Março de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Pazuello, o Zé Gotinha com fuzil - THIAGO AMPARO 37

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Comida ainda é o problema (3) 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC se vê forçado a elevar juros em plena crise por causa da aceleração da inflação 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação em alta expõe desconforto de Bolsonaro 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Risco de bolha nos mercados globais volta a preocupar 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com ativismo virtual, empresários pressionam contra Bolsonaro 46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

"Índice de miséria" em alta afeta popularidade de Bolsonaro 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Boulos diz que união da esquerda em 2022 é "possível e necessária" 52

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
POLÍTICA

Manobras contra o voto (3) 54

Desconto em multa pode incentivar pagamento de autuação fiscal

Adriana Aguiar De São Paulo

Uma nova orientação da **Receita Federal** permite a contribuintes obter desconto no pagamento da multa de ofício, embutida nas autuações fiscais, quando o caso for julgado de forma desfavorável na Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - última instância do órgão. Essa penalização é de 75% do valor que teria deixado de pagar, percentual que sobe para 150% no caso de fraude.

Nesses casos, segundo a Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 1, de 3 de fevereiro, o contribuinte poderá pagar a multa à vista com desconto de 30% e 20% se for parcelado, no prazo máximo de 30 dias após a decisão na esfera administrativa, caso não leve a discussão para o Judiciário. Por ter sido editado pela Cosit, o entendimento deve ser seguido por todos os fiscais do país.

O texto da Receita foi visto com bons olhos por advogados de empresas porque esta situação específica não está expressa no artigo 6o da Lei nº 8.218, de 1991, que trata dos possíveis descontos para quem paga **tributos** devidos. A medida é vista como uma oportunidade de abatimento da carga tributária.

O artigo 6o da Lei nº 8.218, de 1991, prevê reduções da multa de ofício em situações como a do contribuinte que paga a autuação à vista em até 30 dias após recebê-la (50%), ou após decisão negativa de primeira instância (30%) ou de turma do **Carf**. Contudo, não há previsão sobre a Câmara Superior.

No caso concreto, a empresa foi autuada e recorreu em primeira instância, na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) e teve decisão favorável à anulação. Depois a Fazenda recorreu de ofício para a turma do **Carf**, que manteve decisão favorável. Contudo, a União recorreu novamente à Câmara Superior do **Carf**, que reformou a decisão, tornando a autuação fiscal válida.

Segundo a solução de consulta, "Se de um lado o parágrafo 1º do artigo 6o não contém previsão expressa da situação aqui tratada, por outro a norma tampouco limitou-se a dispor que as reduções a que

se referem os incisos III e IV seriam apenas para o provimento do recurso de ofício por parte de uma das turmas ordinárias do **Carf** (segunda instância). Ele estabeleceu que as reduções se aplicam para provimento de recurso de ofício, apenas". Os incisos III e IV tratam da redução de 30% da multa no pagamento à vista em até 30 dias e da redução de 20%, se for parcelado neste prazo.

Na prática, a economia ao contribuinte pode ser relevante, de acordo com advogado Pedro Moreira, do CM Advogados. "A solução de consulta traz segurança jurídica e isonomia aos contribuintes, reduzindo o ônus e estimulando a quitação do crédito tributário", diz.

Para o advogado Alessandro Mendes Cardoso, sócio do Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, a interpretação da Receita é boa para o contribuinte porque dá uma nova chance para que ele possa se beneficiar da redução e fazer o recolhimento. "Benéfico também para o Fisco porque evita que débitos fiquem abertos e diminui a judicialização", diz.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186741

Pazuello por um fio, Ludhmila no palácio



Luiz Carlos Azedo

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, está com um pé fora da pasta, mas o presidente Jair Bolsonaro ainda não encontrou um substituto para o general. O chefe do Executivo reuniu-se ontem à tarde no Palácio da Alvorada com a médica cardiologista e intensivista Ludhmila Abrahão Hajjar - que chegou a ser anunciada como nova ministra pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) -, mas não bateu o martelo. Pazuello também participou da conversa e, após encontro, anunciou que não estava doente nem havia deixado o cargo. Nas redes sociais, a médica goiana, que é supervisora cardio-oncologista do Hospital das Clínicas e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), passou a sofrer intenso bombardeio dos bolsonaristas nas redes sociais, por causa de entrevista ao Jornal Opção, de Goiânia, no último dia 7. Sua nomeação subiu no telhado.

A fritura de Pazuello começou na manhã de sábado, quando a cúpula do Congresso se reuniu na residência oficial do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para discutir a promulgação da PEC do auxílio emergencial. Participaram da reunião o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira; os líderes do governo no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE); na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR); e no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). A conversa derivou para a crise sanitária e a situação insustentável de Pazuello no Congresso, apesar de todas as oportunidades que o ministro teve explicar a crise e oferecer alternativas convincentes de combate à pandemia aos deputados.

Com Pazuello no Ministério da Saúde, será praticamente impossível para o governo evitar a

instalação da chamada CPI da Pandemia, ainda mais depois das duras cobranças feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou a condução dada pelo governo ao enfrentamento da crise sanitária no seu primeiro pronunciamento após a anulação de suas condenações pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. Responsável pela articulação política do governo, o ministro da secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, que havia se incorporado à reunião, levou ao conhecimento de Bolsonaro a opinião de seus aliados. Não é de agora que os líderes do chamado Centrão querem desmilitarizar o Ministério da Saúde, hoje comandado por uma equipe despreparada para gerenciar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Vazamentos

Ao ouvir o relato dos aliados, o presidente Bolsonaro mobilizou os generais do Palácio do Planalto para uma conversa com Pazuello. O encontro ocorreu na noite do sábado, no hotel de trânsito do Exército em Brasília, onde o ministro mora. Participaram da reunião os generais Fernando Azevedo, ministro da Defesa; Walter Braga Neto, ministro da Casa Civil; além do ministro Ramos, porta-voz da insatisfação dos políticos. Pazuello foi comandante da Brigada de Paraquedistas quando o general Azevedo foi Comandante do Leste, tendo Braga Neto como chefe de Estado-Maior e Ramos, comandante da Vila Militar. Os quatro formam um grupo político que hoje dá as cartas no Palácio do Planalto. Na conversa, Pazuello foi informado por Bolsonaro de que precisaria ser substituído.

A decisão acabou vazando na manhã de ontem, por causa da reunião com Ludhmila, marcada para o Palácio da Alvorada, na tarde de ontem. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a defender no Twitter a indicação da médica goiana para a pasta, por causa da "capacidade técnica" e do "diálogo político". Além de Lira, é extensa a lista de autoridades de Brasília que receberam cuidados da médica intensivista quando contraíram covid-19: o deputado Rodrigo Maia; o senador Davi Alcolumbre; o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM); o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, o ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas.

A indicação pegou de surpresa até a Frente Parlamentar da Saúde, que prefere na pasta um político com experiência de gestão no SUS. Esses

parlamentares desejam ver no cargo o presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Câmara, Dr. Luizinho (PP-RJ), que já foi secretário estadual de Saúde. Entretanto, o parlamentar tem excelente relacionamento com Pazuello e acabou de assumir o comando da comissão. Ele diz que não pleiteia a pasta.

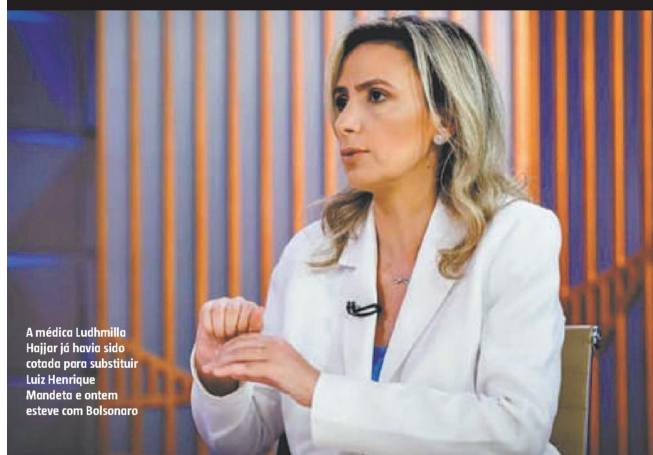
O maior bombardeio contra Ludmila, porém, vem dos bolsonaristas. Natural de Anápolis (GO), a médica defende posições que se chocam frontalmente com as do presidente Jair Bolsonaro, mais ou menos como aconteceu com o ex-ministro da Saúde Nelson Teich, que ficou um mês no cargo e pediu demissão. Nas redes sociais e na mídia, a médica tem defendido o uso de máscaras, o isolamento social e criticado o chamado "tratamento precoce".

É duro para Bolsonaro uma mudança de rota como essa, ainda mais com a mídia atribuindo a queda de Pazuello às exigências do Centrão e às críticas do ex-presidente Lula. Mas é o que seu governo precisa para enfrentar a pandemia.

Pazuello sob pressão máxima



O general que substituiu Nelson Teich no ministério pode ser agora trocado no pior momento da pandemia no Brasil



A médica Ludhmilla Hajjar já havia sido cotada para substituir Luiz Henrique Mandetta e ontem esteve com Bolsonaro

Luiz Carlos Azedo

Na pior semana da pandemia de COVID-19 no Brasil, com mais de 12 mil mortes pela doença - apenas ontem foram 1.127 vidas perdidas para o coronavírus, aumenta a pressão sobre o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Durante todo o dia de ontem circularam informações de que ele deixaria o cargo, alegando problemas de saúde, e poderia ser substituído pela médica cardiologista Ludhmilla Hajjar, que se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro em Brasília. Em meio às especulações sobre a saída de Pazuello do ministério, a assessoria do general divulgou no início da noite uma declaração na qual ele afirma que não entregou o cargo e que o presidente da República não solicitou a sua saída. Ele afirmou, porém, que entregará a pasta assim que o Bolsonaro pedir.

O fato é que o ministro está com um pé fora da pasta, mas o presidente Bolsonaro ainda não encontrou um substituto para o general. Reuniu-se ontem à tarde

com a médica cardiologista e intensivista Ludhmilla Abrahão Hajjar- que chegou a ser anunciada como nova ministra pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) -, mas não bateu o martelo. Pazuello também participou da conversa e, após encontro, anunciou que não estava doente nem havia deixado o cargo. "Não estou doente, não entreguei o meu cargo e o presidente não o pediu, mas o entregarei assim que o presidente solicitar. Sigo como ministro da Saúde no combate ao coronavírus e salvando mais vidas"

Nas redes sociais, a médica goiana, que é supervisora cardio-oncologista do Hospital das Clínicas e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), passou a sofrer intenso bombardeio dos bolsonaristas, por causa de entrevista a um jornal de Goiânia, no penúltimo domingo. Sua nomeação subiu no telhado.

A fritura de Pazuello começou na manhã de sábado passado, quando a cúpula do Congresso se reuniu na residência oficial do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para discutir a proclamação da PEC do auxílio emergencial. Participaram da reunião o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira; os líderes do governo no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE); na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR); e no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). A conversa derivou para a crise sanitária e a situação politicamente insustentável de Pazuello no Congresso, apesar de todas as oportunidades que o ministro teve explicar a situação e oferecer alternativas convincentes de combate à pandemia aos deputados.

Com Pazuello no Ministério da Saúde, será praticamente impossível para o governo evitar a instalação da chamada CPI da Pandemia, ainda mais depois das duras cobranças feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou a condução dada pelo governo ao enfrentamento da crise sanitária no seu primeiro pronunciamento após a anulação de suas condenações pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

Responsável pela articulação política do governo, o ministro da secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, que havia se incorporado à reunião, levou ao conhecimento de Bolsonaro a opinião de seus aliados. Não é de agora que os líderes do chamado Centrão querem desmilitarizar o Ministério da Saúde, que hoje é comandado por uma equipe

vista como despreparada para gerenciar o Sistema Único de Saúde (SUS).

VAZAMENTOS Informado da situação, o presidente Bolsonaro mobilizou os generais do Palácio do Planalto para uma conversa com Pazuello, ocorrida na noite do sábado, no hotel de trânsito do Exército em Brasília, onde o ministro mora. Participaram da conversa os generais Fernando Azevedo, ministro da Defesa; Walter Braga Neto, ministro da Casa Civil; além do ministro Ramos, o porta-voz da insatisfação dos políticos. Pazuello foi comandante da Brigada de Paraquedistas quando o general Azevedo foi Comandante do Leste, tendo Braga Neto como chefe de Estado-Maior e Ramos, comandante da Vila Militar. Os quatro formam um grupo político que hoje dá as cartas no Palácio do Planalto. Na conversa, Pazuello foi informado por Bolsonaro de que precisaria ser substituído.

A decisão acabou vazando na manhã de ontem, por causa da reunião com Ludhmila, marcada para o Palácio do Alvorada na tarde de ontem. O presidente da Câmara, Arthur Lira, chegou a defender no Twitter a indicação da medida goiana para a pasta, por causa da "capacidade técnica" e do "diálogo político". "Capacidade técnica e de diálogo político com os inúmeros entes federativos e instâncias técnicas. São exatamente as qualidades que enxergo na doutora Ludhmila", escreveu Lira

MUDANÇA O presidente atual da Câmara, seu antecessor, Rodrigo Maia, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), foram tratados por ela quando tiveram CO-VID-19. A indicação pegou de surpresa até a Frente Parlamentar da Saúde, que preferiria na pasta um político com experiência de gestão no SUS. Esses parlamentares desejam ver no cargo o presidente da Comissão de **Seguridade Social** da Câmara, Dr. Luizinho (PP-RJ), que já foi secretário estadual de Saúde. Entretanto, o parlamentar tem excelente relacionamento com Pazuello e acabou de assumir o comando da comissão, diz que não pleiteia a pasta.

O maior bombardeio contra Ludmilla, porém, vem dos bolsonaristas. Natural de Anápolis (GO), Ludmilla defende posições que se chocam frontalmente com as do presidente Jair Bolsonaro, mais ou menos como aconteceu com o ex-ministro da Saúde Nelson Teich, que ficou um mês no cargo e pediu demissão. Nas redes sociais e na mídia, tem defendido o uso de máscaras, o isolamento social e criticado o chamado "tratamento precoce". É duro para Bolsonaro uma mudança de rota como essa, ainda mais com a mídia atribuindo a queda de Pazuello às exigências do Centrão e às críticas do ex-presidente Lula. Mas é o que seu governo precisa, para enfrentar a pandemia.

Desgastes do general no comando da Saúde

O general Eduardo Pazuello ganhou notoriedade no Ministério da Saúde em 16 de maio de 2020, quando assumiu interinamente a pasta, após a saída de Nelson Teich. Àquela época, o país contava com 15.633 mortos e 233.142 casos. Apresentado como um especialista em logística, Pazuello comandava a 12- Região Militar da Amazônia antes de se transferir para Brasília. Chegou à capital federal para operar a transição entre Luiz Henrique Mandetta, defenestrado após seguidos desgastes com o presidente Bolsonaro, e o médico Teich. Em entrevista à *Veja*, o secretário-executivo esclareceu os objetivos à época. "Ao final de um período, o ministro estará com todos os nomes que ele escolheu e eu estarei saindo, voltando para a minha tropa".

Nada disso ocorreu. Em meio à desastrosa política de enfrentamento à pandemia, Pazuello, um amador na área da Saúde, mantinha-se no cargo. Em 14 de setembro, o Brasil já acumulava 132.006 mortes e 4.345.610 de casos de covid. Com o avanço devastador da pandemia e a demora para iniciar o programa de vacinação, Eduardo Pazuello entrou em uma espiral de sucessivos desgastes.

Site: <http://digital.em.com.br/>



Não estou doente, não entreguei o meu cargo e o presidente não o pediu, mas o entregarei assim que o presidente solicitar. Sigo como ministro da Saúde no combate ao coronavírus e salvando mais vidas”

■ **Eduardo Pazuello**, ministro da Saúde



Capacidade técnica e de diálogo político com os inúmeros entes federativos e instâncias técnicas. São exatamente as qualidades que enxergo na doutora Ludhmila”

■ **Arthur Lira (PP-AL)**, presidente da Câmara

VEJA AS PRINCIPAIS CRISES DO GENERAL EDUARDO PAZUELLO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

16 DE MAIO DE 2020

✓ **MINISTRO INTERINO DA SAÚDE**
Pazuella assumiu, interinamente, o ministério da saúde após a saída de Nelson Teich, em 15 de maio de 2020, durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.

19 DE MAIO DE 2020

✓ **PROTOCOLO AUTORIZA CLOROQUINA**
No cargo de ministro interino, Pazuella amplia a recomendação do uso da cloroquina e hidroxicloroquina para todos os casos de pacientes de COVID-19 (leves, moderados e graves) e por um período maior, apesar da falta de comprovação científica de eficácia do medicamento.

16 DE SETEMBRO DE 2020

✓ **OFICIALMENTE MINISTRO DA SAÚDE**
O então interino desde 15 de maio general Eduardo Pazuella foi efetivado à frente do Ministério da Saúde pelo presidente, Jair Bolsonaro.

20 DE OUTUBRO

✓ **"UM MANDA E O OUTRO OBEDECE"**
Pazuella anunciou que o Ministério da Saúde havia comprado 46 milhões de doses da CoronaVac para o programa brasileiro de vacinação. Mas, no dia seguinte, o general foi desautorizado pelo presidente, Jair

Bolsonaro, que postou em uma rede social que seu governo não compraria "vacina chinesa de João Doria." Dois dias depois, o então ministro da Saúde apareceu em uma live com o chefe do Executivo e, visivelmente desconcertado, resumiu: "É simples assim. Um manda e o outro obedece, mas a gente tem um carinho", relatou. Isso tudo ocorreu enquanto o ministro estava diagnosticado com a COVID-19, quando chegou a ser internado para receber soro por ter apresentado quadro de desidratação.

6 DE JUNHO DE 2020

✓ **DADOS NACIONAIS FORA DO AR**
Retirou do ar os números dos mortos de covid-19, apresentados no boletim do Ministério da Saúde diariamente, após ter atrasado a divulgação dos dados nacionais da pandemia dias antes com objetivo de que eles não fossem reportados nos principais noticiários do país.

7 DE JANEIRO DE 2021

✓ **"NÓS NÃO QUEREMOS A INTERPRETAÇÃO DOS SENHORES (JORNALISTAS)"**
Em coletiva de imprensa realizada no dia em que o Brasil ultrapassou a trágica marca de 200 mil mortos pela COVID-19, Pazuella dedicou-se a reclamar da imprensa brasileira e deixou a entrevista sem

responder às perguntas dos jornalistas. "Não queremos tendência ideológica ou de bandeiras, eu quero assistir TV e ver a notícia do fato. Se cada um interpretar como quer, a desinformação é completa. Numa pandemia como essa, a desinformação e a interpretação equivocada ou tendenciosa leva a consequências trágicas, leva ao medo, à ansiedade, à angústia", criticou, na ocasião.

12 DE JANEIRO DE 2021

✓ **"TRATAMENTO PRECOCE" VS "ATENDIMENTO PRECOCE"**
Pazuella lançou o aplicativo TrateCOV para auxiliar médicos no tratamento da COVID-19. Mas o sistema recomendava "tratamento precoce" da doença por meio de remédios sem eficácia comprovada cientificamente, por exemplo, pelo uso de cloroquina, ivermectina e doxiciclina. A plataforma foi testada em Manaus, com mais de 340 profissionais de saúde cadastrados. Uma semana depois, Pazuella tentou justificar a conduta dizendo que nunca recomendou "tratamento precoce", mas "atendimento precoce". Na ocasião, disse: "Atendimento é uma coisa, tratamento é outra. Como leigos, às vezes falamos o nome errado. Mas temos que saber exatamente o que queremos dizer: atendimento precoce"

14 DE JANEIRO DE 2021

✓ **MANAUS SEM OXIGÊNIO**
Os hospitais de Manaus entraram em colapso, inclusive, com falta de cilindros de oxigênio. Em live, o ministro Pazuella voltou a falar sobre medicamentos sem eficácia comprovada e disse que uma das causas para a situação da região era a "falta de atenção da capital ao tratamento precoce". Diante da declaração de que o Ministério da Saúde foi avisado com antecedência sobre a possibilidade da falta de oxigênio nos hospitais amazonenses, o general apresentou versões diferentes sobre a data em que teria recebido essa informação e respondeu a inquérito, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre sua conduta na pandemia. Segundo o Ministério Público Federal, 28 pessoas morreram por falta de oxigênio na capital do Amazonas em janeiro de 2021.

11 DE MARÇO DE 2021

✓ **"SISTEMA DE SAÚDE NÃO COLAPSOU, NEM VAI COLAPSAR"**
No dia em que o Brasil perdeu 2.349 vidas para a COVID-19 em 24 horas, Pazuella declarou que o sistema de saúde brasileiro "não colapsou, nem vai colapsar", em vídeo divulgado pela assessoria do Ministério da Saúde. A afirmação foi contestada por secretários de Saúde, prefeitos e governadores ao redor do país.

Contra falência, empresas de Collor tentam renegociar dívidas de R\$ 582 mi

Carlos Madeiro

Na reta final do processo de recuperação judicial, o conglomerado de comunicação da família Collor de Mello em Alagoas -que tem o senador Fernando Collor (Pros-AL) como principal acionista- corre contra o tempo para fechar acordos com a lista de devedores e evitar que os credores decretem a falência das empresas pertencentes à OAM (Organização Arnon de Mello).

Segundo o UOL apurou, os administradores indicados pela Justiça levantaram uma dívida da empresa com 501 credores em um valor total de R\$ 66,3 milhões. Eles decidirão, em assembleia nos próximos meses, o destino do grupo, que inclui, entre outros veículos de comunicação, a afiliada da TV Globo no estado.

Os débitos apurados com credores, porém, são apenas a ponta de um iceberg de uma dívida gigantesca da OAM. Ainda segundo os administradores, existe um débito acumulado no valor de R\$ 177 milhões.

O processo de recuperação judicial do grupo, pedido em setembro de 2019, engloba nove empresas. Caso a falência seja decretada, os credores passam a administrar a chamada massa falida para tentar viabilizar o pagamento das dívidas.

Fora os valores no processo, a empresa tem uma dívida com a União. Segundo a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), o débito de seis das empresas registradas no sistema chega a R\$ 338 milhões -valor que exclui dívidas que tiveram negociação de parcelas que eventualmente estejam em atraso.

Com isso, ao todo, as empresas de comunicação da família Collor acumulam ao menos R\$ 582 milhões em dívidas.

A próxima fase da recuperação judicial é a convocação da Assembleia Geral de Credores, quando se aprova ou reprovava o plano em que as empresas dizem como pretendem pagar os credores. Caso a proposta seja reprovada, a empresa entra em processo de falência.

Enfrentando dificuldades financeiras, a OAM fez no dia

10 de fevereiro um pedido de mediação dos créditos trabalhistas à Justiça, que ainda não foi apreciado. É uma tentativa de acerto com alguns credores para reduzir as chances de ir à falência.

Somente entre trabalhadores, há 218 na lista de credores. A maioria é de demitidos que levaram calote de verbas rescisórias. Nem mesmo os acordos homologados na Justiça estavam sendo cumpridos.

É com esses ex-trabalhadores que o grupo deve enfrentar mais dificuldades na assembleia. Em junho de 2019, a empresa enfrentou uma greve de jornalistas no estado contra a redução do piso salarial em 40%.

Um dia após o fim da paralisação, pelo menos 15 profissionais que aderiram ao movimento foram demitidos, o que gerou, além de débitos trabalhistas, uma série de indenizações por danos morais por descumprimento de obrigações previstas na Justiça.

Quem foi demitido fechou um acordo bom para eles na esperança de receber o valor. Quem tinha débito de R\$ 400 mil, por exemplo, fechou por menos de R\$ 200 mil. Mesmo assim, nunca pagaram. Agora, estão fazendo propostas com valores ainda menores. Tem colega com acordo de R\$ 100 mil, e a empresa está oferecendo R\$ 30 mil para pagar em dez dias, na tentativa de evitar a votação contra a falência, diz uma das profissionais demitidas.

Ações contra a OAM são recorrentes na Justiça do Trabalho por não recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e por não repasse do valor do **INSS** (Instituto Nacional da **Seguridade Social**) da maioria dos trabalhadores.

Segundo o administrador José Luiz Lindoso, representante técnico da empresa interventora judicial, a OAM exerce suas atividades normalmente.

Atualmente, no processo, está sendo apreciado pedido para realização de mediações, que busca conciliar o passivo através de acordos espontâneos e voluntários e que têm produzido excelentes resultados, afirma.

Durante o processo de recuperação judicial, a empresa pede uma espécie de socorro para quitar débitos. Com isso, leilões de execução e débitos

fiscais ficam suspensos até o encerramento do processo.

Ainda segundo Lindoso, a expectativa é que a votação dos credores ocorra até o meio do ano e decida o destino da empresa. A data será marcada pela Justiça.

Em nota enviada ao UOL, o diretor da OAM, Luiz Amorim, afirma que a maior parte dos créditos sujeitos ao pedido de recuperação judicial decorre de créditos e débitos existentes entre as empresas integrantes do grupo.

A fração que cabe aos demais credores representa uma fatia bem menor do valor total do passivo inscrito na relação dos detentores do crédito elaborada pelo Administrador Judicial , explica.

Sobre o débito tributário, Amorim diz que está concluindo um estudo para sua solução .

O pedido de recuperação judicial foi feito no dia 27 de setembro de 2019, um dia antes do leilão marcado pela Justiça Federal dos três prédios do grupo em Maceió. A recuperação inclui TVs, emissoras de rádio, sites, entre outras empresas do grupo.

Em reportagem publicada em maio de 2019, o UOL mostrou as dificuldades financeiras do grupo , que é acusado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) de usado para fazer lavagem de dinheiro de propina recebida por Fernando Collor em contratos intermediados pela Petrobras. O senador nega.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/03/15/contra-falencia-empresas-de-collor-tentam-renegociar-dividas-de-r-582-mi.htm>

Planalto é provocado a barrar corte de verba da PF

PAULO CAPPELLI cappell@oglobo.com.br BRASÍLIA

Criticado por integrantes de forças de segurança por manter a categoria sob várias das travas a aumento de gastos impostas na PEC emergencial, o governo Jair Bolsonaro sofre pressões agora para interferir na Comissão Mista de Orçamento (CMO) após a aprovação de um relatório preliminar que retira R\$ 23,8 milhões da Polícia Federal do orçamento deste ano. O texto foi proposto pelo relator-geral, Márcio Bittar (MDB-AC), e o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), justifica que, devido à pandemia, é necessário que todos contribuam com "sacrifício".

Entre outras destinações, a verba seria usada para prevenção e combate ao tráfico de drogas, curso de formação de policiais e treinamento de pessoal, além da administração e construção de unidades. Grupos como a Associação de Delegados da Polícia Federal (ADPF) pressionam para que o corte seja revisto, com a retomada da proposta original do Executivo.

-O corte proposto é muito prejudicial. É com esse dinheiro que abastecemos viaturas, pagamos recrutamento para operações e mantemos a delegacia funcionando. Isso impactará diretamente a produção - disse Edvanir Paiva, presidente da ADPF.

A associação diz que o orçamento da PF "deveria ser encarado como investimento, já que a instituição apreende bens e recupera dinheiro" de criminosos. A bancada policial na Câmara já pleiteou a Bittar que reveja o corte.

- Isso representa bem pouco para os cofres da União, mas muito para o funcionamento da PF -disse o deputado Pablo Oliva (PSL-AM), delegado federal licenciado, que integra a CMO.

Embora tenha pautado sua atuação como deputado por acenos às forças de segurança, postura que procurou manter como presidente, Bolsonaro já foi alvo de protestos de categorias policiais ao longo do governo. A principal crise veio na reforma da Previdência, em 2019, quando Bolsonaro foi chamado de "traidor" em protesto no Salão Verde da Câmara pela não inclusão de policiais civis, rodoviários e federais no mesmo pacote dos militares, com regras mais brandas. Para os policiais militares, equiparados

aos membros das Forças Armadas, a reforma levou a um aumento de até dez anos no tempo de serviço.

Na PEC emergencial, Bolsonaro atuou para retirar de policiais e militares da regra que congelava salários e cargos de **servidores públicos**. Após acordos na Câmara, no entanto, ficaram liberadas as promoções e progressões de carreira em todas as categorias do funcionalismo. Os policiais, assim como todos os servidores, ficarão sujeitos ao congelamento salarial caso as despesas da União, de estados e municípios cheguem a 95% da receita corrente. Em nota, a União dos Policiais do Brasil (UPB), manifestou "profundo repúdio" e afirmou que a medida leva ao "sucateamento dos órgãos" de segurança.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Braga (MDB-TO), disse não **temer** que o corte proposto no orçamento da Polícia Federal exalte ainda mais os ânimos das forças de segurança contra o Planalto.

-Todos sabem do compromisso do presidente com as forças de segurança. O governo ainda vai deixar um legado muito forte. Em uma pandemia, todos temos que fazer algum sacrifício -ponderou.

- Esses cortes poderão ser recompostos com os relatórios setoriais que começarão a ser discutidos essa semana -disse o vice-líder do governo na Câmara Cláudio Cajado (PP-BA), que integra a CMO.

Procurado, o relator Márcio Bittar afirmou que não poderia se pronunciar.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Do corte de R\$ 24 milhões previsto na PF, R\$ 14 milhões seriam para administração de sedes e delegacias. Outros R\$ 4,7 milhões ajudariam na manutenção do sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional e de registro de estrangeiros, e R\$ 2,1 milhões seriam para prevenção e repressão ao tráfico de drogas e crimes praticados contra bens da União.

A CMO também propôs um "cancelamento" de R\$ 3,1 milhões que estavam previstos para a Controladoria Geral da União utilizar em combate à corrupção, auditoria interna, ouvidoria e correição, o que também

gerou insatisfação na bancada policial.

- É um absurdo um governo que prometeu combater a corrupção não combater essas propostas vindas de parlamentares ligados ao governo -disse Felício Laterça (PSL-RJ), delegado licenciado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União reduz contratação de servidores e concentra admissão em temporários

Edna Simão

Nos últimos anos, especialmente em 2020, o governo federal reduziu drasticamente as contratações de **servidores públicos** federais, que quando necessárias se concentraram no preenchimento de vagas temporárias.

De 2016 para 2020, o número de ingressos de trabalhadores para a máquina pública teve um recuo de 42,11% passando de um total de 79.397 para 45.976. Os dados fazem parte do painel estatístico de pessoal e foram levantados à pedido do Valor pelo Ministério da Economia.

Durante o período houve uma mudança gradual no perfil dos ingressos dos trabalhadores devida à restrição fiscal. No passado, ainda houve um fator adicional: a pandemia de covid-19. As vagas preenchidas por meio de concurso público caíram de 23.446 em 2016 para 6.699 em 2020. No caso dos temporários, também houve um recuo, porém num patamar menor, passando de 22.902 para 16.172.

"Acho natural que em uma situação fiscal delicada o governo modere nas contratações. A gente deveria avançar na prestação de serviços de forma digital o que tende a gerar alguma racionalização de despesa com pessoal", diz o economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV. "Mas é difícil dizer até que ponto essa tendência é sustentável. Para verificarmos isso, teríamos que ver como essa força de trabalho está envelhecendo e se isso está causando perdas relevantes em órgãos específicos."

Somente em 2020, a baixa no ingressos no serviço público foi de 25,5% ante 2019 devido a medidas adotadas pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional para impedir a utilização de recursos liberados para o combate dos efeitos da covid-19 para o pagamento de folha de pagamentos de Estados e municípios. Esse foi o caso da Lei Complementar n- 173, de 27 de maio de 2020, que proibiu, até 31 de dezembro deste ano, que União, Estados e municípios criassem novos cargos, empregos e funções que implicassem aumento de gasto e vetou a realização de concursos públicos, exceto para reposições de funcionários que se aposentaram e contratação de temporários.

No que diz respeito a contratação de temporários em 2020 (16.172) ter mais que dobrado em relação ao preenchimento de vagas por meio de concurso (6.699), o ministério ressaltou, por exemplo, que foram realizadas as contratações de mais de 5 mil temporários para atender à situação de emergência na saúde pública em decorrência da pandemia de covid-19.

O gasto com pessoal é uma das despesas mais pesadas da União, perdendo apenas para o pagamento de aposentadorias e pensões. No ano passado, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma administrativa que prevê a criação de cinco novas formas de contratação de **servidores públicos**, ressurgem o benefício da estabilidade, facilita demissão e acaba com vários chamados "penduricalhos". As mudanças valem apenas para os futuros servidores e não atinge os "membros" de outros Poderes como deputados, senadores, juízes e promotores. Os militares também ficam de fora da proposta do governo.

Enquanto aguarda a aprovação da reforma, a tendência é que a reposição de aposentados no serviço não seja atendida em sua integralidade. Além disso, poderá haver uma ampliação da contratos temporários. Com a reforma administrativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende economizar R\$ 450 bilhões ao longo de dez anos

Segundo Pires, a reforma administrativa deveria alongar as carreiras, criar novas formas de contratação e alongar o estágio probatório para que o governo pudesse avaliar melhor seus funcionários aperfeiçoando a avaliação do desempenho. "Isso tende a aumentar a produtividade e reduzir o custo de folha", destacou. O governo tem dito que esses pontos serão tratados na regulamentação da reforma.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Contratações restritas

Governo federal tem priorizado servidores públicos temporários - em mil



Fonte: Painel estatístico de pessoal do Ministério da Economia

O desmonte conduzido pelo chefe do Executivo (3)

É como naquelas brincadeiras de expectativa versus realidade que aparecem nas redes sociais. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial era para ser uma soma útil ao agradável para a equipe econômica: num mesmo embrulho, seria autorizada a necessária retomada do auxílio emergencial e dado o pontapé inicial para um ajuste estrutural nas contas públicas. A realidade é uma versão magra, desdentada e gastona dessa construção.

Logo de início, ainda no Senado, a PEC perdeu um dos dispositivos mais potentes em termos de ajuste: a supressão, do texto constitucional, dos gastos mínimos com saúde e educação. Embora a equipe econômica tenha encontrado na Câmara dos Deputados entusiastas da ideia, a iniciativa não prosperou entre os senadores. Até porque um passo dessa magnitude não poderia de forma alguma ser dado às pressas, no bojo de medidas emergenciais para lidar com uma pandemia.

Mas não é possível ao governo creditar ao Congresso todo o desmonte dos mecanismos de ajuste da proposta de emenda constitucional. O próprio Executivo cortou pela metade, logo de saída, o potencial de economia que se poderia obter com a revisão dos gastos tributários. Deixou de fora os maiores programas, como Simples, Zona Franca de Manaus, entidades filantrópicas. É verdade que as chances de sucesso no corte desses itens tenderiam a zero. Mas, o governo não quis nem sinalizar a intenção.

Também partiu do Executivo, e não do Congresso, a redação de um dispositivo que, na prática, vai adiar para o próximo governo o ajuste das contas da União. A PEC diz que as medidas de corte de despesas, como suspensão de reajustes e contratações, serão disparadas quando os gastos obrigatórios atingirem 95% dos gastos primários totais, ambos sujeitos ao teto. Pelas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), isso só acontecerá em 2025. Se o índice fosse 93%, os gatilhos seriam acionados em 2022.

Com essa calibragem que parece sob medida, as "maldades" que restaram na PEC Emergencial não serão usadas pelo governo federal no próximo ano eleitoral. Como notou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, será possível até conceder reajustes salariais em 2022. A inflação alta da virada do ano, combinada

com uma queda da taxa ao longo de 2021, poderá produzir uma folga no teto de gastos para acomodar essa e outras "bondades".

Esse espaço para gastos adicionais casa perfeitamente com a possibilidade de haver progressões e promoções para os funcionários públicos, mesmo em estado de calamidade. O presidente Jair Bolsonaro empenhou-se pessoal e explicitamente por mais essa brecha para elevar despesas. O Congresso Nacional, que nunca quis confusão com o funcionalismo, concordou. Mais uma vez as corporações saíram ganhando, em detrimento do todo da população.

As corporações mostraram sua força também ao derrubar um dispositivo que acabava com a vinculação de recursos para custear ações de fiscalização da **Receita Federal** e dos fiscos estaduais. Enquanto os auditores faziam uma paralisação e ameaçavam entregar coletivamente seus cargos de chefia, o secretário da Receita, José Tostes Neto, pressionava o ministro da Economia, Paulo Guedes. A desvinculação foi desfeita.

A mudança no texto da Constituição para pagar o auxílio emergencial reflete outro problema dos bastidores do governo: o risco do "apagão das canetas". Nenhum funcionário quis assumir os riscos jurídicos e administrativos de viabilizar o benefício por meio de um crédito extraordinário, como autorizado no atual arcabouço. Por segurança, foi preciso mexer na Carta. É de se **temer** o que pode acontecer com o texto constitucional, se a moda pegar. A Constituição de 1988 já é longa o bastante e possui diversos dispositivos que precisam de regulamentação.

O ajuste estrutural sonhado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, foi desconstruído mais pelo próprio governo, cada vez mais preocupado com a campanha eleitoral, do que pelo Congresso, onde Bolsonaro encontrou uma base de apoio no Centrão. O principal agente desse desmonte foi o presidente da República, cuja carreira como parlamentar foi pautada pela defesa de interesses corporativos. Não existem dois governos no Brasil. É um só, e quem apostou numa espécie de tutela em temas econômicos por parte do "posto Ipiranga" está vendo os resultados.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Bilionários ficam mais ricos e pobres afundam na miséria



Milionários cada vez mais ricos em um mundo onde o coronavírus aprofunda a pobreza: o contraste entre aqueles que têm mais e os mais desfavorecidos alimenta os apelos para a criação de **impostos** sobre a riqueza na América Latina.

Muitas vezes catalogada como "a região mais desigual do planeta", a América Latina apresenta fortes disparidades na distribuição de renda - aprofundada ainda mais pela pandemia. A Rede Latino-americana por Justiça Econômica e Social (Latindadd) revelou no final de 2020 que o 1% mais rico da região detém 41% da riqueza.

Mas esse grupo contribui apenas com 3,8% da arrecadação dos cofres públicos.

Segundo a ONG Oxfam, "em apenas nove meses, as mil maiores fortunas do mundo já haviam recuperado as perdas econômicas causadas pela pandemia".

Enquanto gigantes como Amazon, Facebook e Tesla estão quebrando recordes em Wall Street, um relatório da Oxfam publicado em janeiro antes do Fórum Econômico de Davos adverte que pode levar uma década para que os mais pobres a superem.

Globalmente, os bilionários viram suas fortunas aumentarem em US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020, observou a Oxfam.

O vírus da desigualdade Como muitos defensores dos mecanismos de redistribuição direta, a Latindadd promove o "imposto sobre as grandes fortunas", que, de acordo com a Oxfam, permitiria combater "o vírus das desigualdades".

Na América Latina, esse mecanismo arrecadaria mais de 26,5 bilhões de dólares, cifra que a Latindadd considera suficiente para distribuir gratuitamente a vacina contra a covid-19. Mas, embora esse tipo de

imposto tenha sido introduzido na Argentina e na Bolívia, sua eficácia é questionada em países como Brasil e Chile.

Temerosa de uma explosão social, a elite econômica e política de Davos expressou sua preocupação com o agravamento das desigualdades.

"Em vez de chorar lágrimas de crocodilo, os donos do mundo deveriam passar para o trabalho prático", disse à AFP o economista Thomas Piketty, que defende um imposto universal "sobre parte das receitas fiscais (...) dos atores econômicos mais prósperos do planeta".

Doação Alguns indivíduos extremamente ricos que aumentaram suas fortunas durante a pandemia multiplicaram as iniciativas pessoais de doação. Bill e Melinda Gates, da Microsoft, são os principais doadores privados da OMS. MacKenzie Scott, a ex-esposa do fundador da Amazon, Jeff Bezos, doou US\$ 6 bilhões em 2020 para diferentes causas de caridade. Kim Beom-su, fundador do KakaoTalk, o serviço de mensagens mais popular da Coreia do Sul, doará mais da metade de sua fortuna de US\$ 9,4 bilhões.

Mas a América Latina está longe desses números de doações individuais e alguns países preferem uma opção mais sistemática e obrigatória.

Vizinhos dão exemplo

O governo de centro-esquerda de Alberto Fernández, na Argentina, pretende arrecadar US\$ 3 bilhões este ano com um imposto que atingirá cerca de 12 mil pessoas, para financiar insumos para a pandemia, ajudas às pequenas e médias empresas (PMEs), ou bolsas de estudo.

Ainda mais pontual foi o imposto instituído pelo presidente da Bolívia, Luis Arce, que atingirá apenas 152 pessoas com patrimônio superior a 4 milhões de dólares e arrecadará apenas 14,3 milhões de dólares, valor que o torna bastante simbólico.

No Brasil, as propostas não avançaram no Congresso e nem figuram nas atuais iniciativas de **reforma tributária**, embora se trate de um tributo previsto na Constituição de 1988 que pede expressamente "a instituição de **impostos** sobre (...) grandes fortunas",

regulamentados por uma lei que nunca foi aprovada por medo de fuga de capitais.

No ano passado, no Chile, parlamentares da oposição aumentaram um imposto temporário sobre os "superricos", para arrecadar 2,5% sobre os ativos daqueles com mais de 22 milhões de dólares. A ideia, que visava gerar cerca de 6,5 bilhões de dólares para apoiar a luta contra a covid-19, não prosperou.

Discussão bem-vinda Tributar a riqueza é uma solução?

Para o especialista em política fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alejandro Rasteletti, a discussão é "bem-vinda" em uma região desigual, onde "a política fiscal tem um impacto redistributivo muito baixo".

"O imposto sobre as grandes fortunas torna o sistema mais progressivo, ou seja, busca fazer com que quem tem mais pague mais, mas não acaba sendo tão redistributivo, porque na prática não pode arrecadar tanto, porque dá para escapar de diferentes maneiras", explica ele à AFP.

Na Europa, um continente rico, a arrecadação por meio desse mecanismo chega a apenas 0,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), um volume "muito baixo", segundo o especialista.

"No BID, tentamos há tempos empurrar o imposto predial, ou imobiliário (...), que é muito difícil de evadir e é absolutamente progressivo, porque as casas maiores são propriedade dos mais ricos", resumiu.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ce74b141bbb6d057b757fffd582cad93.pdf

30 anos do Código de Defesa do Consumidor (2)

LEONARDO ROSCOE BESSA

Todos somos consumidores!" A frase marca a mensagem especial dirigida, em 15 de março de 1962, pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, ao Congresso norte-americano, na qual se conferiu ênfase à necessidade de proteção dos interesses do consumidor.

O momento é importante e simbólico para o direito do consumidor. É justamente em razão desse acontecimento, que se comemora no mundo inteiro o Dia do Consumidor. No Brasil, foi por intermédio da Lei 10.504/02, que se estabeleceu o dia 15 de março como o Dia Nacional do Consumidor.

O discurso de Kennedy influenciou positivamente o debate em torno da necessidade normativa de proteção do direito do consumidor. Na década de 1970, foram editadas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, leis pontuais de defesa do consumidor, as quais focavam em aspectos específicos (publicidade, serviços de proteção ao crédito, vendas em domicílio etc.).

Em abril de 1985, a ONU, recomendou que os governos desenvolvessem e reforçassem uma política firme de proteção ao consumidor para atingir os seguintes propósitos: proteção da saúde e segurança; fomento e proteção dos interesses econômicos do consumidor; fornecimento de informações adequadas para possibilitar escolhas acertadas; educação do consumidor; possibilidade efetiva de ressarcimento do consumidor e liberdade de formar grupos e associações que possam participar das decisões políticas que afetem os interesses dos consumidores.

No Brasil, a mudança se inicia em 1988. A Constituição Federal dedica relevantes passagens ao consumidor (art. 5º, XXXII, art. 170, V) e estabelece, no art. 48 das Disposições Transitórias, que "O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor".

O prazo de 120 dias não foi cumprido. O Código foi promulgado em setembro de 1990, com início de vigência em 11 de março de 1991, ou seja, comemoram-se 30 anos de vigência do CDC em data vizinha ao Dia Nacional do Consumidor (15 de março).

O título do artigo indica a dimensão do CDC para os brasileiros. O Brasil possui dezenas de milhares de leis em vigor, mas quantas comemoram aniversário? Há motivos para celebrar. Até a edição do CDC, a tutela jurídica de legítimos interesses do consumidor era escassa, fragmentada, pouco consistente.

Muitas abordagens poderiam ser realizadas por ocasião dos 30 anos do CDC e do Dia Mundial do Consumidor, mas, com certeza, um ponto que merece aplausos é a interação com outras normas que também se referem às atividades desenvolvidas no mercado. O CDC, ao ser editado, se diferenciou bastante das normas até então existentes no panorama internacional, que eram bem pontuais e específicas para determinada atividade no mercado de consumo.

A incidência do CDC à determinada relação contratual não exclui a aplicação simultânea de outras normas especiais quanto à matéria (planos de saúde, bancos, telefonia, consórcios, transporte aéreo, previdência privada, incorporação imobiliária, aplicativos de transporte urbano, etc.). Daí a ideia de diálogo das fontes, ou seja, aplicação e interpretação harmônica (diálogo) de diferentes normas (fontes) a determinado fato.

Em perspectiva de sociologia jurídica, não se deve ignorar o fato que a lei atendeu a anseio de milhões de pessoas. Afinal, se, no dia 15 de março de 1962, já era acertado afirmar que "todos somos consumidores", o que dizer na terceira década do Séc. XXI, com o consumo crescente de produtos e serviços (internet, TV por assinatura, celular, redes sociais etc.)?

Em permanente diálogo das fontes, o CDC olha e protege o consumidor em todos os momentos e sob os mais diversos aspectos: saúde, segurança e qualidade dos produtos e serviços, publicidade, contratos, cobrança de dívidas, serviços de proteção ao crédito, entre outros. Não se trata de tutela cega ou incondicional, como frequentemente se alega, mas de diretriz básica de reequilibrar relação desigual, exigindo dos atores do mercado um agir leal, transparente.

Aliás, as três décadas de experiência do CDC ensinam que é ultrapassada e incompatível com o texto e

espírito da Constituição Federal visão antagonista entre consumidor e fornecedor. O consumidor não é adversário do fornecedor. O fornecedor não é inimigo do consumidor. O mercado de consumo atende ao interesse de ambos. Atende também ao objetivo de desenvolvimento do País (art. 3º, II, da CF). A atividade econômica gera empregos, arrecadação de **tributos** e propicia - em ambiente de livre concorrência-crescente qualidade de produtos e serviços no mercado.

A pujança da atividade empresarial é desejo de todos. A defesa do consumidor não deve ser vista como óbice para o crescimento da atividade. O consumidor é o ponto final da cadeia de produção dos produtos e serviços: atender aos seus legítimos interesses patrimoniais e morais deve ser propósito de todo empreendedor.

Que venham os próximos anos do CDC, orientados pela Política Nacional das Relações de Consumo, ou seja, pela "harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico", (art. 4º, III).

» LEONARDO ROSCOE BESSA Procurador de Justiça do MPDFT



Casa Branca estuda como custear plano econômico

Kate Davidson

O governo Biden já olha além de sua conta de combate à covid-19, cie US\$ 1,9 trilhão, e começa a estudar como custeará a próxima rodada de programas que visam impulsionar o crescimento de longo prazo da economia americana com investimentos em infraestrutura, energia limpa e educação.

Os desafios envolvem duas partes. As autoridades têm de decidir que parcela da conta será paga com aumentos de **impostos** e que políticas serão financiadas por mais tomadas de empréstimos. Em um Congresso dividido, elas também precisam criar um projeto de lei capaz de conquistar o apoio de quase todos os democratas. A decisão ajudará a definir qual será a parte da agenda econômica do plano Build Back Better (Reconstruir Melhor) do presidente Biden que ele poderá promover no primeiro ano de governo.

Os EUA tomaram trilhões de dólares em empréstimos no último ano para custear medidas de alívio à crise decorrente da covid-19, que incluem pagamentos diretos a famílias e pequenas empresas. Alguns democratas sinalizaram que podem estar dispostos a tomar mais emprestado para custear programas como os de infraestrutura, caso os benefícios econômicos sejam grandes.

Mas os republicanos e alguns democratas moderados, como o senador Joe Manchin, dizem que a explosão da dívida justifica que os gastos sejam compensados com aumentos de **impostos** ou cortes em outros lugares.

Os assessores econômicos de Biden começam a enfrentar a questão. Embora não descartem maior endividamento a fim de financiar segmentos do plano, Biden continuou a falar de suas propostas de campanha cie elevar os **impostos** sobre os mais ricos e empresas a fim de financiar novos programas permanentes, disse o assessor econômico Jared Bernstein.

Um dos procedimentos que influenciam o pensamento do governo é fazer a distinção entre estímulos cie curto prazo e gastos de mais longo prazo, que tendem a alimentar déficits por muitos anos. "Quando a pessoa está preocupada com sustentabilidade fiscal, o

que a afeta não são as medidas temporárias", disse Bernstein no mês passado. "São as coisas permanentes (e) que não são pagas."

Nos últimos 12 meses, uma série de rodadas de estímulos contribuiu para um aumento de quase US\$ 4,5 trilhões da dívida federal, que totalizava US\$ 21,9 trilhões em 1- de março. Alcançando aproximadamente a magnitude de toda a produção econômica do país, a dívida é a mais elevada desde o pós-Segunda Guerra.

Alguns economistas argumentaram que o governo deveria repensar a maneira como fixa suas metas fiscais, principalmente em um período de custos muito baixos para tomada de empréstimos. Eles propuseram novos parâmetros de política pública para fundamentar decisões sobre o nível correto de endividamento.

"À medida em que nos distanciamos de uma necessidade de muito curto prazo, a questão passa a ser qual é o quadro para os próximos quatro ou oito anos", disse Peter Oszag, que comandou a Agência de Administração e Orçamento no governo Obama.

Por ora, há poucos sinais de espiral inflacionária ou crise fiscal, que no passado formuladores de políticas públicas temiam serem passíveis de acompanhar níveis de endividamento como os atuais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Ministros votam contra créditos de ICMS no PIS/Cofins

Beatriz Olivon De Brasília

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela exclusão de créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, na noite de sexta-feira. O tema é julgado com repercussão geral, portanto, a decisão deverá ser seguida pelas instâncias inferiores da Justiça.

Créditos presumidos de ICMS são concedidos pelos Estados para aliviar a carga tributária de determinados segmentos econômicos. O tema é julgado em recurso apresentado pela União para tentar reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, favorável à OVD Importadora e Distribuidora.

O TRF havia decidido que os créditos presumidos de ICMS não configuram receita ou faturamento para atrair a incidência da Cofins e do PIS, mas renúncia fiscal. A União alega que não existe previsão legal para essa exclusão e que o TRF teria criado um novo caso de isenção.

Após um julgamento acirrado, a maioria foi formada no penúltimo voto, do ministro Luís Roberto Barroso, que seguiu o entendimento do relator, ministro Marco Aurélio Mello. Também o acompanharam os ministros Rosa Weber, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski.

No voto, o relator afirmou que as tensões revelam, de um lado, o Fisco buscando máxima amplitude aos conceitos de faturamento e receita visando a arrecadação. Do outro, os contribuintes tentando limitar o alcance da materialidade dos **tributos**, ante o ônus fiscal (RE 835.818).

"Os créditos presumidos revelam renúncia fiscal cujo efeito prático é a diminuição do imposto devido. Não há aquisição de disponibilidade a sinalizar capacidade contributiva, mas simples redução ou ressarcimento de custos", afirma no voto. O relator apontou ainda que a presunção de crédito, longe de revelar riqueza nova e, portanto, passível de sujeição ao PIS e à Cofins, indica o abrandamento de custo a ser suportado.

Marco Aurélio também citou a decisão do STF de

excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, em 2017, como precedente para o assunto. O voto segue a forma como o ministro tem se posicionado em teses consideradas "filhotes" daquele julgamento, que tratam de um tributo na base de cálculo de outro.

Foi assim que votou, recentemente, sobre o ICMS na base da contribuição previdenciária. O ministro ficou vencido no caso.

O ministro Alexandre de Moraes divergiu. Ele não votou no precedente de 2017 e não o cita em seu voto nesse caso. Ele destaca que os artigos das leis sobre PIS e Cofins, nº 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, respectivamente, preveem o que está excluído da base de cálculo dessas contribuições e não mencionam créditos presumidos de ICMS.

Ainda segundo o ministro, de acordo com a Constituição, a concessão de isenções ou quaisquer outros benefícios fiscais deve ocorrer mediante lei específica do ente federado competente para instituir o tributo, não cabendo ao Judiciário ampliar o alcance do benefício. Para Moraes, apesar da possibilidade de concessão de crédito presumido de ICMS pelos Estados e Distrito Federal, a questão trata da possibilidade ou não de estes benefícios ferirem a competência tributária conferida à União.

No voto, conclui que permitir a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins em razão da concessão de crédito presumido concedido por Estado membro seria o mesmo que aceitar a concessão de benefício fiscal de **tributos** federais por uma unidade da federação. "O que importa grave violação ao pacto federativo." Para o ministro, a concessão de benefício fiscal pelo Estado, de tributo de sua competência, não pode, por via oblíqua, impedir a tributação da União sobre a parte que lhe compete. Votaram com Moraes os ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques e o presidente da Corte Luiz Fux. Os votos podem ser alterados até a conclusão do julgamento.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186741

Contribuinte poderá realizar pagamento de impostos com cartão de crédito



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/03/15/TVGLOBODF-07.04.49-07.08.25-1615806796.mp4>

Além do vírus, fome - ANA CRISTINA ROSA

ANA CRISTINA ROSA

Alguma coisa vai muito mal quando ir às compras no supermercado se torna um ato angustiante e motivo de tristeza. Pois na capital federal chegamos a esse ponto. Está cada vez mais difícil entrar pela porta da frente de um supermercado sem ser abordada por criança ou adulto a pedir por comida.

Pudera. No auge da pandemia no Brasil, o desemprego é recorde, a tendência é de aumento dos juros e a inflação disparou. Para completar, nos últimos 12 meses a alta de preço dos alimentos representa quase o triplo do percentual da inflação oficial, segundo a aferição do IBGE.

Além do aterrorizante crescimento exponencial das mortes por Covid-19, o empobrecimento da maioria da população é fato que chama atenção e preocupa nesses tempos sombrios. O agravamento do nível de insegurança alimentar atinge mais de 10 milhões de brasileiros segundo as estimativas oficiais. É gente que está passando fome, que vai deitar de barriga vazia e acorda sem saber se terá o que comer ao longo do dia.

Não bastasse isso tudo, falta vacina para frear a disseminação do vírus que se alastra num ritmo frenético enquanto sobram promessas sucessivamente descumpridas e exclamações descabidas na linha do "vai trabalhar, vagabundo!". Resta apenas saber onde trabalhar frente a um cenário de desemprego que em 2020 atingiu mais de 13 milhões de pessoas, das quais pretos e pardos destacam-se negativamente, uma vez que o impacto do desemprego foi 58,7% maior entre os negros como apontou reportagem da Folha.

A tragédia social é enorme e visível a olho nu. Em Brasília, áreas verdes vêm sendo tomadas por barracas improvisadas com sarrafos cobertos por sacos de lixo. São espaços habitados por homens, mulheres e crianças desumanizados, vivendo pior do que muito bicho. À mercê da sorte, contam com a benevolência de quem tem mais do que precisa e está disposto a compartilhar um pouco do que sobra. E o popularmente chamado quadro da dor. E sem moldura.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

66

Benefícios a procuradores e juízes avançam na pandemia



Sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília Marcello Chello / Folhapress

Vinicius Sassine Brasília

Em ano de pandemia da Covid-19, procuradores e juízes com atuação na esfera federal receberam R\$ 543 milhões em benefícios acrescidos a seus contracheques.

Foram licenças-prêmio, gratificações por acúmulo de ofícios ou pagamentos retroativos -com recorrentes valores individuais superiores a R\$200 mil, no caso deste último benefício- depositados aos servidores ao longo do ano de 2020.

O valor global representa um aumento de 48% (ante uma **inflação** anual de 4,52%, pelo IPCA) em relação aos mesmos benefícios inseridos nos contracheques de 2019, quando totalizaram R\$ 367 milhões.

Um levantamento feito pela Folha levou em conta os quatro braços do Ministério Público da União -MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), MPM (Ministério Público Militar) e MPDFT (Ministério Público do DF)- e Justiças Federal, do Trabalho e Militar.

No caso do Ministério Público, a PGR (Procuradoria-Geral da República) sistematizou os dados e os forneceu à reportagem.

Já o CJF (Conselho de Justiça Federal), órgão central das atividades da Justiça Federal, se recusou a fornecer as informações. A Folha levantou os dados

em planilhas fornecidas pelos TRFs (Tribunais Regionais Federais) ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A remuneração de um procurador ou juiz federal inclui um salário básico, na ordem de R\$ 33 mil, mais acréscimos como auxílio-alimentação, auxílio-saúde ou abono de permanência, pago a servidores que não se aposentam e continuam em atividade.

Os vencimentos acabam turbinados por benefícios que, em sua maioria, não se submetem ao chamado abate teto, um mecanismo que existe para tentar garantir que servidores não ganhem acima do teto do funcionalismo público, que é o salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) -R\$ 39,2 mil.

Reportagem publicada pela Folha em 31 de janeiro mostrou que pagamentos extras ocorreram em meio a pedidos de entidades classistas para que fossem usadas as economias feitas na pandemia. Com o home office adotado em boa parte das procuradorias e tribunais, houve economia com energia, eventos e outras atividades que demandam presença física.

Em 2020, o Ministério Público da União pagou R\$ 149 milhões em licença-prêmio a procuradores da República, procuradores do Trabalho, procuradores de Justiça Militar e promotores do MPDFT. O valor inclui uma fatia a servidores, mas ela é pequena em relação ao total.

O benefício é um prêmio por tempo de serviço, previsto na lei complementar de 1993 que organiza o Ministério Público da União. Tem caráter indenizatório e não se submete ao abate teto. Em 2020, foram pagas licenças num valor 30% superior ao pago em 2019 -R\$ 115,2 milhões.

Outros R\$ 40,6 milhões foram depositados na folha de 2020 a título de correção monetária de um benefício que equipara vantagens, chamado parcela autônoma de equivalência. O passivo surgiu na década de 1990 para equiparar vencimentos do Judiciário aos do Legislativo e não se submete ao abate teto. Em 2019, os pagamentos da parcela somaram R\$ 2,4 milhões.

A decisão administrativa de fazer os depósitos das correções monetárias foi do procurador-geral da República, Augusto Aras, em dezembro.

"Trata-se de direito reconhecido por decisão do STF, transitada em julgado. No MPU, o direito foi reconhecido em 2008, por meio de decisão do então procurador-geral. Os valores pagos atualmente decorrem de um recálculo ocorrido em 2017", afirmou a PGR, em nota.

Segundo a PGR, o CJF decidiu autorizar todos os tribunais a pagarem a parcela de equivalência. "No caso do MPU, a quitação não foi feita, à época, por falta de recursos financeiros." Procuradores recebem ainda uma gratificação em caso de acúmulo de cargos. O valor individual oscila entre R\$,4.500 e R\$,8.000.

É comum que um procurador cubra o trabalho de um outro afastado. O total pago em 2020 foi de R\$ 57,2 milhões, um valor próximo do que foi gasto em anos anteriores. O benefício está sujeito ao teto constitucional.

"Todos os pagamentos feitos no período e nas rubricas mencionadas atendem critérios legais, orçamentários e de disponibilidade financeira", disse a PGR na nota.

O CJF não forneceu os dados sistematizados dos benefícios pagos a juizes titulares, juizes substitutos e desembargadores. O conselho disse que apenas "descentraliza" os recursos orçamentários e os repassa aos cinco TRFs para que façam os pagamentos.

Os contracheques mensais de magistrados e procuradores devem ficar disponíveis em portais de transparência, para consulta pública. Esses portais, no entanto, permitem apenas consultas individuais, e não sistematizadas sobre os benefícios pagos.

Isso passou a ser possível a partir da publicação de uma portaria pelo CNJ, responsável pela fiscalização do Judiciário, em 2017. Os tribunais se viram obrigados a enviar planilhas ao conselho com todos os dados organizados, de uma maneira em que seja possível fazer consultas.

A Folha consultou todas as planilhas disponíveis e constatou que, em 2020, juizes federais e desembargadores receberam R\$ 126,9 milhões em pagamentos retroativos, dinheiro que corresponde basicamente à parcela de equivalência, segundo os TRFs.

Na planilha do TRFi, por exemplo, sediado em Brasília e que abrange mais 13 estados, há pagamentos retroativos individuais a desembargadores e juizes de até R\$ 232 mil num mês.

O TRFi não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Em 2019, os pagamentos retroativos a todos os magistrados, dos cinco TRFs, somaram R\$ 1,5 milhão, segundo os dados extraídos das planilhas entregues ao CNJ.

Segundo os TRFs, os atrasados da parcela de equivalência passaram a ser pagos após decisão do STF, que entendeu que o benefício restabelece equilíbrio remuneratório entre os Poderes.

Segundo os tribunais, não há aplicação de abate teto porque o ressarcimento diz respeito a anos anteriores. "O pagamento ocorreu consoante autorização do CJF" Os magistrados federais também recebem gratificação por acumulação de jurisdições: R\$ 184,9 milhões em 2020, ante R\$ 123,7 milhões em 2019. O aumento foi de 49%.

Segundo respostas dos TRFs 2,3,4 e à reportagem, houve aplicação do abate teto, o que reduziu os pagamentos efetivos na ordem de 40%. Assim, o valor final das gratificações ficaria em R\$ 111 milhões.

Os tribunais disseram que todos os pagamentos foram legais, dentro de normativos estabelecidos pelo CJF.

"Não houve interrupção da prestação jurisdicional em razão da pandemia, e o pagamento da gratificação seguiu, no período, as regras estabelecidas em lei", afirmaram em nota.

Juizes militares que atuam na esfera federal também receberam gratificação por acúmulo de cargos em 2020: R\$ 966 mil, valor superior ao pago em 2019. A reportagem não identificou pagamentos retroativos nos dois anos.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por sua vez, informou que as gratificações por acúmulo de jurisdições somaram R\$ 57,4 milhões em 2020, ante R\$ 50,3 milhões em 2019 e R\$ 69,1 milhões em 2018.

A correção da parcela de equivalência, paga a magistrados do trabalho que ingressaram na carreira até 1998, não foi paga em 2020, segundo o conselho. Mas, em 2018 e em 2019, o valor pago chegou a R\$ 320,9 milhões.

"A correção monetária sobre parcelas já pagas não corresponde a passivo decorrente de folha, critério adotado pelo CS JT em dezembro de 2020 para efetivação dos passivos, nem constitui débito incontroverso", afirmou o Conselho da Justiça do Trabalho, em nota.

- "Não houve interrupção da prestação jurisdicional em razão da pandemia, e o pagamento da gratificação seguiu, no período, as regras estabelecidas em lei" Tribunais federais em nota à Folha

Os benefícios a procuradores e juizes federais em 2020

MPF

Licença-prêmio: R\$ 80 milhões

Parcela de equivalência: R\$ 14,2 milhões

Gratificação por acúmulo de ofícios: R\$ 27,6 milhões

MPT

Licença-prêmio: R\$ 47 milhões *

Parcela de equivalência: R\$ 11,7 milhões

Gratificação por acúmulo de ofícios: R\$ 17,8 milhões

MPM

Licença-prêmio: R\$ 6,7 milhões *

Parcela de equivalência: R\$ 3,5 milhões

Gratificação por acúmulo de ofícios: R\$ 1,5 milhões

MPDFT

Licença-prêmio: R\$ 15,4 milhões *

Parcela de equivalência: R\$ 11,1 milhões

Gratificação por acúmulo de ofícios: R\$ 10,2 milhões

JUSTIÇA FEDERAL

Pagamentos retroativos (basicamente parcela de equivalência): R\$ 126,9 milhões

Acúmulo de jurisdições: R\$ 111 milhões

JUSTIÇA MILITAR

Acúmulo de jurisdições: R\$ 0,96 milhão

JUSTIÇA DO TRABALHO

Acumulo de jurisdições: R\$ 574 milhões

* Inclui servidores, mas são uma pequena parte do montante

** Esse valor éo resultado da aplicação do abate teto, que é levado em conta, segundo TRFs 2,3, 405. O valor total, sem abate teto, éde R\$ 184,9 milhões

Fontes: PGR, base de dados do CNJ e Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49466>

Juro baixo e pandemia ajudam a erguer pirâmides financeiras, aponta relatório

Júlia Moura e Victor Lacombe

A queda da Selic (juros básicos) nos últimos anos levou a um aumento de pirâmides financeiras, concluiu relatório aprovado em janeiro pela Comissão Especial de Pirâmides Financeiras, instituída pelo CNDC (Conselho Nacional de Defesa do Consumidor), do Ministério da Justiça.

O relatório aponta ainda uma possível correlação com a pandemia do coronavírus.

"Pode ser que o pagamento das verbas rescisórias decorrente das demissões com a crise da Covid-19 e o auxílio emergencial tenham agravado o problema. No entanto, essa é apenas uma hipótese", diz Leonardo Marques, coordenador-geral de consultoria técnica e sanções administrativas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Segundo Marques, a liberação do saque de contas de FGTS e PIS-Pasep nos últimos anos foi mais um agravante.

Com o dinheiro disponível e sem rendimento real (acima da **inflação**) em alternativas tradicionais, como a poupança, quem quer multiplicar os recursos em investimentos arriscados pode acabar caindo em pirâmides.

A pirâmide financeira é uma prática ilegal. Ela consiste em uma estrutura insustentável que, com a falta de novos participantes, deixa quem está na base sem nenhum recurso.

Funciona assim: o cabeça do esquema angaria participantes, que devem investir determinada quantia, prometendo ganhos acima do mercado. Não há, porém, lastro; os ganhos dependem de que outras pessoas entrem no esquema - e é o dinheiro dos novos que é repassado para o topo.

O ciclo segue até cessar a entrada de novos integrantes, o que interrompe o fluxo de dinheiro da base para o topo - a pirâmide desmorona.

O relatório do CNDC aponta um crescimento de casos desse tipo encaminhados ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor nos últimos anos, com destaque para 2019 e 2020.

O documento também aponta um terceiro fator que contribuiu para o crescimento de golpes: a punição insuficiente para inibi-los.

A pirâmide financeira se encaixa na lei nº 1 521/1951, que regula os crimes contra a economia popular. A pena varia de seis meses a dois anos de prisão e multa. Há projetos em discussão no Congresso para endurecer a pena, com tempo de reclusão de até 12 anos. A Comissão Especial de Pirâmides Financeiras encoraja essas mudanças.

Dependendo do esquema, pode ser caracterizado como estelionato e formação de quadrilha. Mas é complexo em termos judiciais, o que acaba dificultando possíveis processos.

"Muitas vezes não é possível individualizar [o caso], e é preciso julgar caso a caso", diz Rodrigo Milla, sócio do escritório Araúz Advogados.

Em caso de punição, os envolvidos no meio da pirâmide também podem ser responsabilizados por terem atraído novos integrantes. Conheça iniciativas sob suspeita:

*

Mandalas da prosperidade

Grupos organizados em torno do que são chamadas de "mandalas da prosperidade" são suspeitos de operar em esquema de pirâmide. O Ministério Público de São Paulo e a Defensoria Pública da Bahia investigam o Tear dos Sonhos, após denúncias de algumas ex-participantes.

"Ouvi vários áudios de mulheres pressionadas para chamar ao menos dez outras mulheres por dia porque o compromisso de cada uma que entra é trazer outras duas", diz Amabel Chrysthina Mota, defensora pública da Bahia.

Em 2020, Amabel criou um canal na defensoria para auxiliar mulheres que dizem ser vítimas de golpes em casos assim - e, ainda que o órgão só possa cuidar dos casos do próprio estado, recebeu denúncias de todo o Brasil.

No Brasil desde 2016, o Tear dos Sonhos se popularizou recentemente e se autodenomina um "movimento associativo espontâneo, não formalizado, no qual reúne pessoas que buscam promover uma economia circular, colaborativa e compartilhada entre si".

Por meio dele, mulheres têm encontros feministas que evocam o sagrado feminino (movimento que promove ensinamentos sobre aspectos físicos e mentais da figura feminina) com aulas que também englobam outros temas como racismo e nutrição.

De acordo com as participantes, o intuito é a colaboração coletiva, e a parte financeira é feita via pequenos grupos, chamados de mandalas da prosperidade.

Para entrar no Tear, é necessário ser convidado e doar um valor preestabelecido às organizadoras.

Os preços variam de acordo com a mandala de que se participa. O oficial é R\$ 5.004, mas há mandalas adaptadas com valor de entrada de R\$50.

De acordo com participantes do Tear, os R\$ 5.004 têm um simbolismo. Os algarismos propositalmente somam nove, número que as participantes veem como energizado, dado que são nove meses de gestação e nove planetas -se Plutão for considerado.

Segundo inquérito aberto em outubro de 2020 pela promotora Lúcia Nunes Bromerchenkel, do Ministério Público do Estado de São Paulo, quatro mulheres acusam participantes do Tear de estelionato.

Elas dizem ter sido convidadas a participar do Tear dos Sonhos, entregando os R\$ 5.004 à mandala. Arreperderam-se ao longo do processo, pediram o dinheiro de volta e não conseguiram.

O inquérito teve início a partir de um ocorrência aberta em São Paulo por Ana Paula, que pediu omissão do sobrenome, em junho de 2020.

Ela entrou na mandala em 2017, quando passava pelo que diz ser um momento difícil, sem emprego e enfrentando o término de um relacionamento. A amiga que a convidou descreveu o Tear dos Sonhos como uma rede de apoio de mulheres empoderadas com reuniões online "quase todos os dias" -e foi essa sensação de acolhimento que a convenceu a frequentar os encontros.

Depois de fazer a transferência dos R\$ 5.004, Ana Paula se arrependeu, mas foi pressionada a não pedir o dinheiro de volta. Quando insistiu, uma mulher que se identificou como guardiã do Tear disse que o

dinheiro fora gasto "para realizar o sonho" de outra pessoa.

"Elas te ameaçam, dizem que você é responsável por isso, que você está rompendo com elas, está punindo e as abandonando. São esses os termos que elas usam."

Outra mulher que registrou ocorrência contra o Tear foi Roberta (nome fictício).

"Minha primeira atitude foi desconfiar. Eu não estava feliz no meu trabalho, não estava 100%, mas essa amiga me disse que, uma vez que eu entrasse no movimento, eu seria a pessoa que iria "aterrar" o sonho dela. E era uma pessoa muito querida, que eu admirava, e Isso me convenceu."

Apesar de se assustar com o valor, as outras pessoas da mandala asseguraram Roberta de que o dinheiro ia "se multiplicar" e que ela não precisava transferir tudo de uma vez -parte foi paga em dinheiro, parte em compras no cartão de crédito, como viagens e cursos. "Houve uma pressão psicológica muito grande para cumprir as minhas "obrigações", e eu só queria me livrar disso."

Para ela, a sensação que fica é a de "ter vivenciado um abuso". "O esquema foi feito para não ser denunciado, porque quem te convida normalmente é uma pessoa muito próxima."

Para Mariana Castro, advogada das mulheres indicadas no inquérito, "quem entra sempre entrou sabendo que poderia ser contemplada ou não pelo dinheiro".

Por segurança jurídica, os repasses às mandalas são feitos por meio de termo de doação, assinado pela doadora.

"As pessoas doam porque querem ou doam porque querem receber também? Ser pirâmide ou não é muito subjetivo, não é fácil de identificar," diz Milla, do Araújo Advogados.

De acordo com o advogado, se as mulheres entram no Tear com a expectativa de retorno financeiro, o que os materiais de divulgação desaconselham, pode ser considerado pirâmide pela Justiça.

Segundo Mariana, os R\$ 5.004 são sempre direcionados a uma única pessoa por vez, saindo da conta da doadora direto para a beneficiária.

"Não é uma pessoa sendo lesada em detrimento de outra. Não há percentual [para as demais mulheres na mandala] . Doa -se de livre e espontânea vontade", diz

a advogada.

Atuais participantes do Tear dizem que deixam muito explícito a novas integrantes que o objetivo do projeto não é o retorno financeiro e que não há um retorno garantido.

Em uma decisão favorável ao Tear em processo na esfera cível movido por Ana Paula, o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou não haver provas de que a mandala fosse uma pirâmide e que ela sabia que o grupo não visava ao lucro.

Ao fim da decisão, o juiz Rafael Meira Hamatsu Ribeiro compara a mandala a igrejas que pedem o dízimo de fiéis em troca de "sucesso financeiro, cura de doenças consideradas incuráveis". Ana Paula diz que vai recorrer.

Cada mandala é dividida em quatro elementos (água, terra, ar/vento e fogo). Na divisão, há uma pessoa caracterizada como água, que vai receber o dinheiro captado, duas pessoas como terra, quatro como ar e oito como fogo, que são as novas integrantes.

Assim que as oito fogo são angariadas pelas quatro ar, o ciclo da mandala se encerra e dela se originam outras duas, com as duas fogo evoluindo para água, as terra para fogo e assim por diante.

Participam mulheres de todas as idades e profissões. Há relatos de uma idosa de 80 anos que faz parte do grupo. O objetivo dela é angariar recursos para os seus caros remédios para tratar o Alzheimer.

A reportagem conversou com mulheres que participaram ou ainda participam do Tear. De um lado, há uma postura protetiva ao falar do projeto, que mulheres veem com carinho. De outro, pessoas que se dizem vítimas e se sentem lesadas.

Duas abriram as finanças e contaram que não conseguiram reaver o dinheiro investido e que as mandalas foram desfeitas como tempo por falta de novas integrantes que completassem as oito fogos.

Marketing multinível

Algumas empresas que vendem produtos e operam via marketing multinível também são suspeitas de pirâmide.

Nessa modalidade, o revendedor ganha não só pelo que vende mas também pelas vendas dos revendedores que ele vier a recrutar e dos eventuais novos integrantes contratados por eles.

De acordo com a CVM (Comissão de Valores

Mobiliários), pessoas mal-intencionadas podem usar a estrutura do marketing multinível, que é legal, para dar uma aparência de legitimidade às pirâmides.

Segundo críticos, não é a revenda dos óleos dessas companhias que traria um retorno financeiro, e sim o angariamento de novos revendedores.

Um dos casos mais famosos é da TelexFree, empresa fundada por um americano e um brasileiro, sediada em Massachusetts, nos EUA, que vendia serviços de telefonia via internet.

A empresa, segundo as investigações americanas, fazia pouco ou nenhum dinheiro vendendo seus serviços e recebeu milhões de dólares de milhares de pessoas que pagavam para se cadastrar para ser "promotores" e publicar anúncios online para a companhia.

A TelexFree faliu em 2014, infligindo mais de US\$ 3 bilhões de prejuízos a quase 1,89 milhão de pessoas.

Para evitar cair em uma pirâmide financeira disfarçada de marketing multinível, a CVM recomenda atenção aos seguintes pontos: exigência de pagamento inicial alto para aderir ao esquema, especialmente se comparado com o custo do produto; falta de esforço real de vendas do produto/serviço; promessa de altos ganhos em pouco tempo.

Pirâmide WhatsApp

Outra pirâmide que circula nas redes é a corrente do WhatsApp. Nela, cinco pessoas criam um grupo no aplicativo e depositam R\$ 100 no caixa da pirâmide. Elas convidam mais pessoas, que também põem a mesma quantia no grupo, e assim sucessivamente. Toda semana é feita a distribuição do valor arrecadado, mas o recebimento só acontece aos novos integrantes a partir de sua segunda semana de participação.

Pirâmide do consignado

Outra modalidade envolve empréstimos consignados para **servidores públicos**. Nele, o servidor entrega todo o produto do empréstimo à operadora da pirâmide, que se compromete em investir o montante e pagar um retorno mensal sobre o capital investido e, ao final, em pagar o valor principal. Os golpistas, porém, não investem o valor e somem com o dinheiro.

Ponzi

O esquema Ponzi leva o nome de Cario Ponzi, famoso estelionatário italiano radicado nos EUA. Ele difere da pirâmide porque o investidor não precisa atrair novos

investidores.

O esquema aparenta ser um investimento de verdade, mas os lucros são pagos com recursos de novos entrantes, e não da rentabilidade dos ativos.

Em novembro de 2020, a Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu o dono da empresa JJ Invest, Jonas Jaimoviek, suspeito de ser o responsável por um dos maiores esquemas Ponzi já realizados no Brasil. A reportagem não conseguiu contato com sua defesa.

De acordo com a Delegacia de Defraudações, responsável pelas investigações, o prejuízo dos investidores é de aproximadamente R\$ 170 milhões.

Criptoativos

Muitos usam o bitcoin para atrair investidores para esquemas Ponzi de investimento coletivo. O investidor deve tomar cuidado e pesquisar se a oferta do criptoativo é realizada segundo as regras da CVM.

Investimentos esquecidos

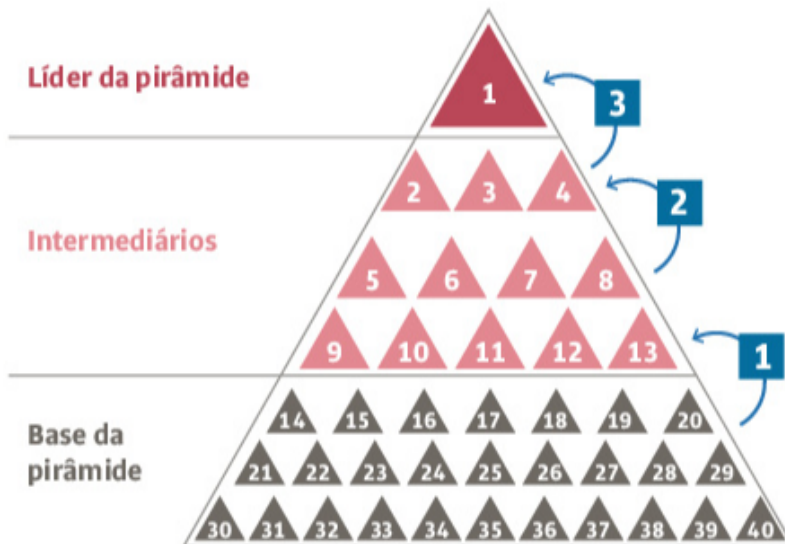
Nesse golpe, os criminosos entram em contato com a vítima e informam que ela tem ações de uma determinada companhia ou fundo de investimentos, oferecendo o serviço de resgate e venda do ativo, para isso, exige-se o pagamento antecipado de um valor a título de Imposto de Renda, corretagem ou taxa da CVM. Tais pagamentos são apenas uma fachada, e é o golpista que fica com o dinheiro.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Pirâmides financeiras se multiplicam durante pandemia

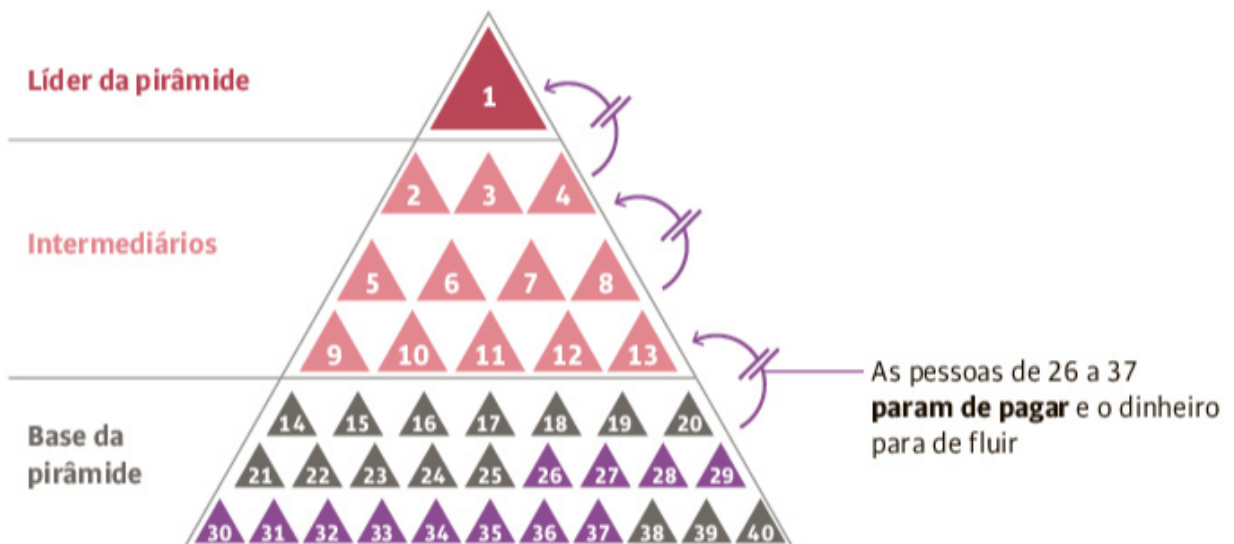
Cada pessoa dá origem a três pessoas logo abaixo. Geralmente, nas pirâmides, uma pessoa tem que trazer outras três

Um exemplo com R\$ 100



- 1** Cada uma das **peessoas da base** (14-40) dá **R\$ 100** para as pessoas acima
- 2** Cada uma das pessoas de 5 a 13 **repassa R\$ 150 dos R\$ 300 arrecadados** para as pessoas de 2 a 4
- 3** As pessoas de 2 a 4 dão **metade dos R\$ 450 recebidos (R\$ 225) para a pessoa 1**, que ganha R\$ 675

A pirâmide desmorona quando o dinheiro para de fluir na base



As pessoas de 26 a 37 **param de pagar** e o dinheiro para de fluir



Como evitar golpes

Desconfie de retornos muito altos

"Quanto maior a expectativa de ganho, mais arriscado é o investimento", diz Bruno Mori, planejador financeiro CFP pela Planejar. Além disso, não é possível garantir lucros em ativos de renda variável. "Não se pode prometer uma rentabilidade futura, a menos que seja um título prefixado de renda fixa."

Pesquise sobre as organizações e empresas nas quais quer investir

É possível consultar registros nos sites de órgãos reguladores. "A CVM é o melhor caminho. Para investimento em valores mobiliários, tem que ser autorizada e credenciada pela CVM."

Evite o gatilho emocional

Não tome decisões em momento de grande emoção ou euforia. "Se for algo que te dizem: 'É agora e não vai ter mais', desconfie. Isso é algo que pessoas que aplicam golpes falam. O golpe acontece pelo gatilho emocional. A vítima fica constrangida de perguntar e admitir que não sabe do que se trata. Se a pessoa não quer que você entenda, tem algo errado."

Pazuello, o Zé Gotinha com fuzil - THIAGO AMPARO

THIAGO AMPARO

Nada como uma imagem para sintetizar o atual estado das coisas. O governo do capitão na Presidência miliciou até o Zé Gotinha, visto agora com um fuzil. Sob este sincretismo macabro está a ideia, equivocada, de que pandemia seria uma guerra. Se metralharmos para todos os lados, ganhamos. Não é. Pandemia exige concertação, não conflito; exige planejamento, não avacalhado. Pazuello, como os demais militares no governo federal, foram fiadores do desastre no combate à pandemia.

Pazuello, se e quando sair, deixará o cargo humilhado: passou n meses vendo o seu chefe mentir dizendo que o STF o impediu de combater a pandemia, desdenhar da vacina e produzir um antagonismo entre economia e saúde-como era de se esperar nos países que reagiram mais rápido à pandemia o **PIB** caiu menos. Fora os desvarios do chefe, há na conta própria de Pazuello uns outros tantos erros crassos, e não só de confundir Amazonas com Amapá.

Se confirmada sua saída, Bolsonaro ou usará a oportunidade para agraciar o centrão, de que precisa para 2022, ou colocará no lugar alguém técnico como a cardiologista Ludhmila Hajjar, para dar verniz de normalidade a um país cansado de solavancos. Seja um, seja outro, a saída do ministro não se daria pelas mortes cuja inépcia ele causou, e sim por 2022 e por termos, agora, uma oposição reforçada. O segredo do fator Lula é que a nação está exausta da revolução de ultradireita que morreu na praia e levou junto outras 278 mil vidas. A nação assistiu a Lula ter voz, rosto, discurso e serenidade de um presidente.

O que muito provavelmente o Brasil precisa para tirar Bolsonaro é Lula, o centrista, numa frente ampla. A dúvida é quão ampla será. Não se sabe se a direita e a centro-direita serão integralmente fiéis, de novo, ao bolsonarismo, como em 2018, ou se irão, ao menos em parte, abandonar o barco da inépcia que Bolsonaro representa. Pela centro-esquerda, com Ciro Gomes e Marina Silva, há muitos desafetos e ponteiros a acertar; mas o compromisso destes com o anti-bolsonarismo é evidente.

Para sobreviver; no entanto, aos desafios do século presente, talvez necessitemos do Lula, o radical, não no sentido pejorativo ou anos 1980 da palavra, mas

literal- aquele que enfrente na raiz as contradições do nosso tempo, mesmo que na-vegando-as. É entender que o lulismo 2.0 enfrenta uma nova realidade, como o trabalhismo em boa parte do mundo: o chão de fábrica, hoje, é o aplicativo de entrega num país com 39,9 milhões de brasileiros informais em 2020. Entender que renovação dos quadros políticos é urgente, senão o culto à personalidade morrerá sem as gerações que podem carregar o fardo.

É entender que necropoliciamento é dor de pessoas pretas reais que compõem a maioria deste país e que merece ser enfrentado nacionalmente com uma reforma policial; que desenvolvimento não pode passar por cima de indígenas e que clima não é floreiado, mas sobrevivência. É entender, inclusive, que corrupção não é só esperneio de direitistas com super salários pagos pelo Estado, mas também os entrelaces escusos entre o público e o privado.

Democracia é normal, excepcional e radical, tudo ao mesmo tempo. Normal porque nos acostumamos a viver sob a normalidade da polarização dos anos 1990 e 2000. Excepcional, porque basta um caveirão invadir literalmente a nossa casa que lembramos que a depender de seu CEP o autoritarismo é a regra. Radical, posto que luta constante. Se concorrer e se ganhar (dois grandes "se"), fará bem ao Lula centro reencontrar o Lula radical, não aquele pouco pragmático, mas o que usa o pragmatismo pra mudar o país. Enquanto isso, seguimos como Zé Gotinha de fuzil.

Thiago Amparo, Advogado, é professor de direito internacional e direitos humanos na FGV Direito SR Doutor pela Central European University (Budapeste)

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Comida ainda é o problema (3)

Como o coronavírus, a **inflação** ataca sem preconceito e sem discriminação.

Comer carne ficou 29,51% mais caro nos 12 meses terminados em fevereiro. Para o vegetariano a pancada também foi forte. Os preços de hortaliças e verduras subiram 23,30% nesse período. Cereais, leguminosas e oleaginosas, grupo onde se enquadram arroz, feijão e trigo, encareceram 57,83%. No caso de leite e derivados, a alta acumulada chegou a 15,44%.

Na média, o custo de alimentação e bebidas aumentou 15% no intervalo de um ano. Convém pensar nesses dados para avaliar os números atualizados da **inflação** oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicados na quinta-feira passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Comida e bebida ainda são, para a maior parte das famílias, um dos itens principais do orçamento mensal. Além disso, comer é algo especialmente complicado neste país. O desemprego no Brasil é um dos maiores do mundo capitalista, o dobro do registrado, em média, nos 37 países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Além disso, os mais pobres perderam desde o começo do ano o auxílio emergencial. O auxílio deve voltar, mas será mais limitado que o de 2020. Apesar de tudo, o IPCA de fevereiro parece ter trazido uma notícia animadora sobre o custo da comida. Animadora, mesmo?

No mês passado o IPCA subiu 0,86%, a taxa mais alta para fevereiro desde 2016, quando a variação foi de 0,90%. Encareceram oito dos nove grandes itens considerados na pesquisa.

O item alimentação e bebidas também subiu, mas bem menos que em janeiro. De um mês para outro a taxa recuou de 1,02% para 0,27%. A desaceleração é clara, mas, antes de festejá-la, convém observar alguns detalhes.

Para comer e beber, o consumidor brasileiro enfrentou uma alta de custos de 15% nos 12 meses até fevereiro. Alguns componentes da alimentação, como carnes e verduras, subiram além dessa média. A desaceleração ocorreu, portanto, quando o nível de preços já era muito alto.

Um exemplo simples pode esclarecer esse ponto. Um carro sobe o espigão da Avenida Paulista a partir do

Ibirapuera e perde impulso uma ou duas quadras antes do topo. A velocidade diminui, mas o carro já está lá em cima. Qualquer movimento depois, digamos, do penúltimo quarteirão, ocorrerá a partir de um ponto muito elevado.

Houve algo semelhante, em fevereiro, na evolução do custo da comida.

Para avaliar a situação do consumidor e identificar seus maiores problemas é preciso considerar mais que os dados de curto prazo, como os de janeiro e fevereiro. Com alta de 2,28% no mês passado, o item transportes teve impacto de 0,45 ponto na formação do índice geral (0,86%). Com variação de 0,27%, o grupo alimentação e comidas produziu efeito de apenas 0,06 ponto porcentual. Mas o gasto efetivo das famílias foi realizado com base em preços acumulados durante meses - muitos meses, em alguns casos.

A alta de alimentação e bebidas, 15% em 12 meses, foi a maior dos nove grandes itens cobertos pela pesquisa. A segunda maior variação, de 7,78%, foi do grupo artigos de residência, mas esse item pesa bem menos, no dia a dia, que habitação, transportes, saúde e cuidados pessoais e, naturalmente, alimentação e bebidas.

Com o resultado de fevereiro, a alta do IPCA chegou a 5,20% em 12 meses, superando a meta deste ano, de 3,75%, e quase batendo no limite superior de tolerância (5,25%). Números maiores ainda poderão surgir, estima-se no mercado.

O dólar instável, com valores muito altos diante do real, poderá ser, como tem sido, um fator inflacionário. As ações do governo e o quadro político poderão influenciar o mercado cambial.

Falta verificar se o Banco Central (BC) tentará conter os preços elevando os juros básicos.

Isso seria defensável se a **inflação** fosse atribuível à demanda, mas a situação dos consumidores impede essa explicação.

Além disso, taxas maiores aumentarão os custos do Tesouro e poderão travar a reação econômica.

Na próxima semana o BC anunciará sua nova decisão sobre os juros.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC se vê forçado a elevar juros em plena crise por causa da aceleração da inflação

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 26/11/2018



Teste. Campos Neto, que agora dirige um BC autônomo

Adriana Fernandes

A aceleração do aumento de preços colocou o Banco Central (BC) numa situação difícil: elevar a taxa de juros em plena crise econômica e piora da pandemia da covid-19.

Em um gráfico, as tendências de **inflação**, em alta, e da variação do **PIB**, em queda, mostram, no jargão de mercado, uma boca de jacaré se abrindo.

Essa é uma situação de extrema anormalidade em que atividade econômica e **inflação** estão em sentidos opostos.

A elevação dos juros pode dificultar ainda mais a retomada da economia.

A decisão desta semana será o primeiro teste e, tudo indica, o mais difícil para o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e sua equipe. No mês passado, o Congresso aprovou a autonomia do Banco Central, com a justificativa de garantir a condução da política de juros sem pressões políticas.

Com a **inflação** em alta, em um ritmo de 5,2% ao ano, a expectativa é que o BC comece agora a desarmar essa bomba relógio para barrar o risco de descontrole de preços, sobretudo em 2022. Será a reversão de um período longo de queda de juros, que levou a taxa Selic (os juros básicos) ao patamar histórico de 2% ao ano. A aposta do mercado é de uma elevação de 0,50 ponto porcentual na reunião do Comitê de Política

Monetária (Copom) dos dias 16 e 17 (leia mais na pág. B3).

A perspectiva de a economia entrar em recessão, no segundo trimestre, num quadro de recrudescimento da pandemia, combinado com medidas de isolamento, só amplia o desconforto com a medida.

A **inflação** ficou ainda mais pressionada nos últimos tempos por iniciativas do próprio governo. A cotação do dólar subiu com os sinais contraditórios na economia dados pelo presidente Jair Bolsonaro, como a intervenção na Petrobrás, a tentativa de flexibilizar o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas) e a articulação para desidratar as medidas de corte de gastos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial.

O resultado: mais pressão sobre a **inflação**, a ponto de Campos Neto ter entrado nas negociações políticas para impedir uma derrota geral na votação, o que complicaria ainda mais o trabalho do BC na condução da política monetária (calibrar a taxa básica de juros, a Selic, para o controle da **inflação**).

"É um sinal de desequilíbrio ter essa bomba relógio de **inflação** alta com uma queda do **PIB** já contratada", diz Silvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas.

Com a **inflação** em 12 meses se aproximando de 7% em abril, desemprego e **PIB** negativo, a economia vive uma situação de estagflação (combinação de economia parada com preços em alta). "Esse é o drama para o BC. E não sabemos quanto pior pode ficar a atividade econômica por causa da pandemia. É uma das piores combinações", diz ela, que não descarta a consolidação de um quadro recessivo em 2021, mais grave do que a estagflação. Além disso, a renda da população caiu com a fragilidade do mercado de trabalho.

Nas contas do ex-secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, desde setembro vem se formando um acúmulo de pressões inflacionárias, que começou a partir dos alimentos, mas que não foram levadas devidamente a sério nem pelo Ministério da Economia nem pelo BC.

Aceleração. A mudança foi muito rápida. Em julho do

ano passado, diz Mendonça de Barros, a **inflação** estava abaixo de 2%. Em setembro começou a aumentar e terminou 2020 acima de 4%. "É uma aceleração extraordinária", diz. Só no mês passado subiu 0,86% - a maior taxa desde 2016.

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre, a alta da **inflação** é muito preocupante e o BC não pode facilitar. "Se dermos mole nesse campo, vamos continuar com os problemas que já temos e acrescentar mais um." Ele ressalta que, no campo das commodities (produtos básicos como grãos, petróleo e minério de ferro), já houve alta de 10% em janeiro e mais 7% em fevereiro. As matérias-primas, afirma, já acumulam elevação de 75% em 12 meses. "Estamos vivendo repasses reprimidos", enfatiza o economista.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Inflação em alta expõe desconforto de Bolsonaro



MARCOS CORRÊA/PR

'Bolsocaro'. Bolsonaro reclama dos reajustes de preços

Adriana Fernandes

O risco de descontrole da **inflação** é o calcanhar de aquiles do presidente Jair Bolsonaro.

Cobrado nas redes sociais pela alta da **inflação**, com vídeos que intitulam o movimento de alta dos preços como "Bolsocaro", o presidente já reclamou em público diversas vezes do reajuste dos preços da carne, do arroz, do gás de cozinha e dos combustíveis.

Bolsonaro sente o termômetro da população e sobe o tom de cobranças à equipe econômica, nas lives de todas as quintas feiras, e nos encontros frequentes com simpatizantes na porta da sua residência oficial, o Palácio da Alvorada.

Bolsonaro tem demonstrado cada vez mais desconforto com a combinação perversa de preços altos e desemprego, que retira o poder de compra da população e a popularidade de qualquer presidente da República.

A antecipação da corrida eleitoral pelo fator Lula, após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou as condenações do ex-presidente, amplificou o risco de o presidente adotar medidas populistas para segurar os preços e aumentar os gastos públicos para garantir a sua reeleição no ano que vem.

Esse temor ganhou fôlego depois que, nas últimas semanas, o presidente ameaçou intervir na Petrobrás e Eletrobrás (empresas do governo responsáveis por importantes insumos para a produção), isentou o preço dos combustíveis e patrocinou uma manobra para retirar o programa Bolsa Família do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

A consequência desses movimentos foi mais alta do dólar, que se aproximou de R\$ 6 na votação da semana passada da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, ingrediente adicional a retroalimentar a **inflação**.

"Com certeza, o Banco Central vai começar a aumentar os juros e as autoridades nunca gostam disso", diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados e colunista do Estadão.

Para ele, esse será o teste do "pudim" da política populista do presidente. "Não estou otimista.

A tentação populista é enorme", prevê o economista.

Ambiente. Mendonça de Barros chama atenção para um fator que acrescenta mais um complicador: a população já se acostumou a viver com **inflação** baixa. Existe hoje uma geração inteira que não tem ideia do que seja viver num ambiente econômico de **inflação** alta. Brasileiros que nem sabem o que é isso.

Essa população não aceitaria a volta da **inflação** de forma mais sistemática e está incomodada com a pancada de aumento de preços em plena pandemia da covid-19, que derruba o crescimento e tira emprego dos brasileiros. O ex-secretário lembra que a ex-presidente Dilma Rousseff perdeu espaço e apoio político por conta da **inflação**.

A percepção do time de Paulo Guedes é que o ciclo de alta das commodities (produtos básicos como petróleo, grãos e minério de ferro) no mercado internacional tem potencial de "afundar" a taxa de câmbio, mas que o movimento na direção contrária - de alta do dólar que ocorreu -, é resultado do próprio governo tropeçando nos seus próprios passos.

A avaliação é de que, se não fossem esses atropelos, a cotação do dólar deveria estar mais próxima de R\$ 4,80.

Para o economista Armando Castellar, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas, o populismo aumenta a incerteza. "O episódio da Petrobrás assusta porque deixa dúvida sobre se pode se repetir (para o lado do BC) quando começar o aperto monetário (alta dos juros básicos) que hoje em dia se faz necessário pela piora das perspectivas da **inflação**", diz. Castellar avalia que esse ponto será mais sensível quando a **inflação** em 12 meses bater em 7% logo mais à frente. Apesar de aprovada a autonomia, Bolsonaro ainda tem de validar a renovação da diretoria do BC.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Risco de bolha nos mercados globais volta a preocupar

HENRIQUE GOMES BATISTA, Vitorda Costa

Logo depois de a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar que o mundo enfrentava uma pandemia, em 11 de março de 2020, os mercados acionários globais derreteram. Hoje, vários índices de ações registram patamares recordes, e mesmo no Brasil, com os recentes aumentos de riscos políticos e fiscais, além de uma escalada nos casos de Covid-19, o Ibovespa acumula valorização de 79% em relação à mínima registrada em 23 de março de 2020. No S P 500, da Bolsa de Nova York, a alta é de 76%.

Esse cenário leva muitos economistas a se questionarem se estamos vendo uma nova bolha nos mercados. Alguns ressaltam que os fundamentos econômicos das empresas não justificam a alta dos papéis. Esta, na verdade, teria sido turbinada pelo cenário de juros baixos e elevada liquidez global, decorrente dos pacotes de estímulo em vários países. Outros ponderam, no entanto, que os juros tendem a continuar baixos e que, no momento, não há grandes pressões inflacionárias no mundo.

-Só se tem certeza de que há uma bolha depois que ela estoura - brinca Claudia Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV-SP. - Há argumentos para os dois lados, o mundo está muito dicotômico, temos notícias boas e ruins ao mesmo tempo.

Entretanto, analistas e economistas são unânimes em dizer que, haja ou não uma bolha, os mercados estão sujeitos a ajustes, e a volatilidade deve aumentar. Ainda mais no Brasil, onde a **inflação** já preocupa, e o desafio fiscal cresce com a pressão por mais gastos públicos em meio ao descontrole da pandemia e à vacinação lenta.

QUESTÃO SEMÂNTICA?

Claudia diz ainda que o mercado tem reações exageradas a algumas notícias. Para ela, a recuperação dos direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria impactar menos o mercado do que a questão da vacinação -essencial para o controle da pandemia e a retomada econômica. E ressalta que, se os resultados das empresas não justificam a valorização das ações, o ambiente de juros baixos incentiva a renda variável, ou seja, entra

em cena a lei da oferta e da procura.

Para Enrico Cozzolino, analista de investimento do Banco Daycoval, tão difícil quanto responder se há ou não uma bolha é tentar adivinhar quando ela deve estourar. Ele lembra que em casos recentes, como em 2008, com a crise das hipotecas nos EUA, e no início dos anos 2000, na "bolha pontocom" das empresas de tecnologia, passou-se muito tempo entre os primeiros indícios de desequilíbrio e o "estouro".

Ele não vê uma bolha. A relação preço/lucro (indicador obtido pela divisão do preço da ação pelo lucro por ação) está em 10 hoje, diz Cozzolino, e a média histórica no país é de 12:

- Não é uma bolha se olharmos os fundamentos de hoje. Mas isso não significa que não pode mudar.

Rodrigo Knudsen, gestor da Vitreo, diz que pode parecer uma questão semântica, mas não vê uma bolha generalizada, e sim um cenário de "imensa atenção", com muito mais volatilidade e riscos que em 2020. Ele argumenta que, desta vez, não são apenas fundamentos econômicos, mas variáveis de saúde que geram dúvidas, como a velocidade e a eficácia da imunização.

ATIVOS SOBREVALORIZADOS

Mundialmente, afirma Knudsen, a questão-chave será a **inflação** nos Estados Unidos, que pode levar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a subir os juros. Isso tomaria os títulos do Tesouro dos EUA mais atraentes, levando os investidores a saírem dos ativos de risco nos mercados emergentes, como o Brasil.

-O mercado tenta antecipar este movimento, por isso a instabilidade está alta. Vemos alguma movimentação porque os títulos americanos de 10 anos chegaram a pagar 1,6%. Mas isso ainda é pouco em um país em que a meta de **inflação** é de 2% - explica Knudsen. - Já a situação do Brasil é mais complexa, com maiores desafios fiscais, políticos e de saúde.

Ele ressalta, porém, que pode haver bolhas em algumas ações e ativos, como o bitcoin e a Tesla, fabricante de carros elétricos de Elon Musk. Esta é a montadora mais valiosa do mundo mesmo tendo

entregado apenas 500 mil automóveis em 2020, menos de 10% da produção das grandes fabricantes globais.

-Você pode dizer que a Tesla está em uma bolha, a menos que acredite que o mercado de carros elétricos vai explodir e que a Tesla vai dominá-lo - exemplifica Carlos Braga, professor da Fundação Dom Cabral e ex-vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Mundial.

DIVERSIFICAR É A SAÍDA

Para se precaver contra possíveis oscilações futuras no preço de investimentos, que podem gerar perdas financeiras, a diversificação da carteira é uma das primeiras medidas a serem adotadas. Não só na Bolsa, mas também fora dela.

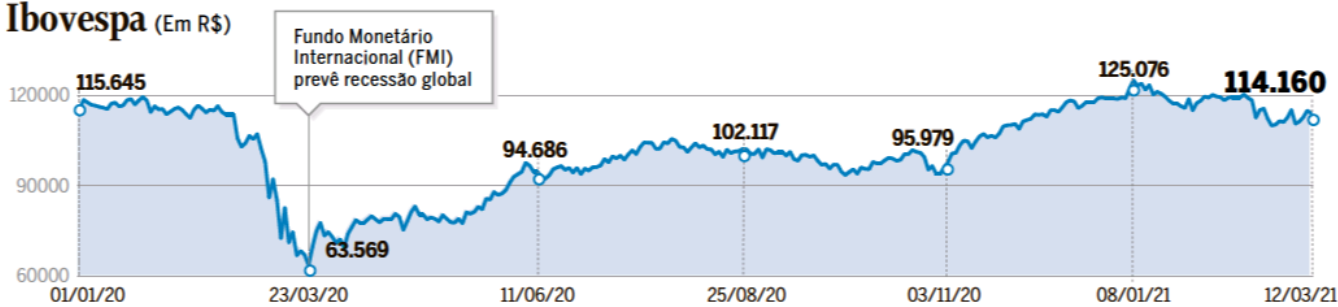
- A indústria de fundos é sempre um bom produto de diversificação, pois os controles de risco são mais rígidos. É bom ter várias classes de ativos, não ter só Bolsa, ou só renda fixa, mas também fundo imobiliário, por exemplo. Uma diversificação de classes de ativos e, dependendo da pessoa, até ativos internacionais - diz Guilherme Motta, sócio e gestor da Gap Asset.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

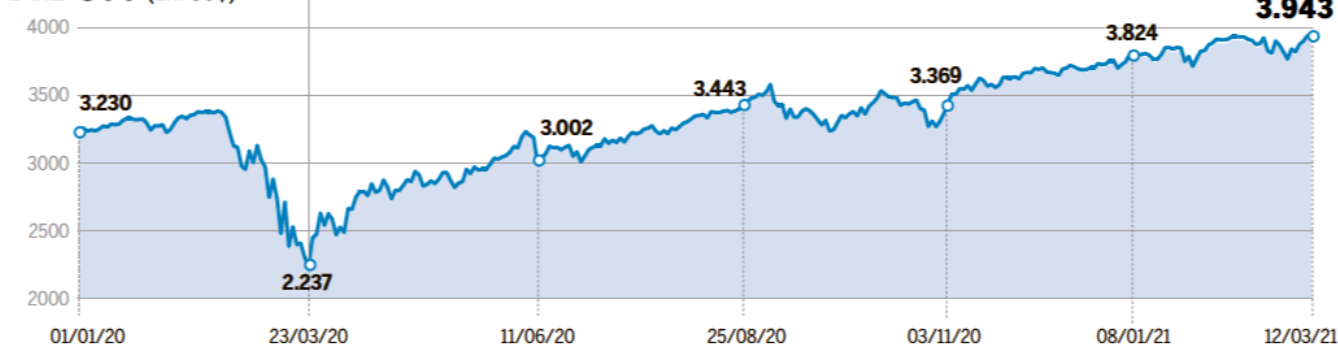
FRÁGIL RECUPERAÇÃO

Para analistas, faltam fundamentos à valorização de índices um ano após pandemia ser decretada

Ibovespa (Em R\$)



S&P 500 (Em US\$)



Fonte: Bloomberg

Editoria de Arte

Com ativismo virtual, empresários pressionam contra Bolsonaro



Video foi feito por uma dupla de comunicadores sem relação com os empresários, mas foi por eles apropriado

Maria Cristina Fernandes

A manifestação, ao longo do domingo, por intervenção militar em defesa do presidente da República, marcou também o completo divórcio entre o bolsonarismo raiz e seus eleitores na elite econômica do país. Até o ano passado, ainda circulavam, em grupos de WhatsApp de investidores, empresários e executivos do mercado financeiro, a grande maioria ex-eleitores do presidente Jair Bolsonaro, mensagens críticas ao Supremo e ao Congresso. A partir do primeiro fim de semana de março, porém, esses mesmos grupos passaram a compartilhar conteúdos que vão da crítica contundente ao impeachment do presidente.

Pelo menos dois deles, apropriados pelos compartilhamentos como material endógeno aos grupos, foram produzidos por uma dupla de comunicadores com o objetivo pré-determinado de mobilizar bolsonaristas arrependidos nesse extrato social.

A inquietação, crescente desde a intervenção na Petrobras, no fim de fevereiro, transbordou com duas frases do presidente "Tem idiota que diz " vai comprar vacina". Só se for na casa da tua mãe" (4/3) e "chega de frescura e mimimi" (5/3). A indignação fez do Paraguai, onde milhões foram às ruas protestar contra o presidente Mario Abdo Benítez por má gestão da pandemia, um "benchmark", para ficar no dialeto em questão. Apesar da indignação, havia a convicção de que a escala de mortes impede uma mobilização popular capaz de pressionar o Congresso da mesma forma. Uma saída seria barulho nas redes sociais.

As duas declarações coincidiram com o início da circulação de dois vídeos. O primeiro, postado no dia 4, o #custobolsonaro (<https://www.youtube.com/watch?v=y7KSJgrJywl>) é uma peça de 1"27", com abordagem destinada a mobilizar esses grupos. Com recortes de jornais, do Brasil e do exterior, e a locução em off: "Você já sabe o que é o custo Bolsonaro? No fundo, você já sabe. Ele está na alta do preço da gasolina e está na queda das ações da Petrobras. É a volta da fome do povo e do medo do empresário. O custo Bolsonaro é o caos no país e o vexame no exterior. É ter a moeda que mais desvalorizou no mundo e a pior gestão da pandemia. O custo Bolsonaro é a fuga dos investidores internacionais. E não dá para culpá-los. Pense bem, você confiaria seu dinheiro a essa equipe? Custo Bolsonaro é ter Damares falando na ONU e Guedes fora da OCDE. É perder a confiança da China por causa do filho do presidente, perder a confiança dos EUA por causa de mentiras do Whatsapp. É ver a Amazônia pegar fogo junto com nossos acordos comerciais. É fechar as portas para a União Europeia e virar as costas para o Mercosul. Custo Bolsonaro é perder a Ford para a Argentina. E ver o Amazonas depender do oxigênio da Venezuela. Custo Bolsonaro é ver o Queiroz mais protegido que a indústria nacional. É o prejuízo de esperar por vacina e pagar por Cloroquina. O Brasil é cheio de recursos, talentos e oportunidades, mas com o custo Bolsonaro a conta não fecha".

"Queríamos falar para o investidor, por isso fizemos uma comunicação dirigida", diz um de seus idealizadores, que prefere não se identificar. Disparado para grupos de Whatsapp de investidores e empresários, não custou a chegar às redes sociais abertas, como You Tube, Facebook e Twitter. As especulações sobre sua autoria iam do fundador do 3G Capital, Jorge Paulo Lehmann aos grupos de renovação política. Toda aquela mobilização, porém, havia partido de dois jovens - um fez o texto e o outro editou a imagem - a custo quase zero.

Naquele dia, o IBGE anunciou a queda de 4,1% no **PIB**, a pior queda desde a década de 1980, comemorada por Bolsonaro como "poderia ter sido pior". "Na impossibilidade de nos encontrarmos, a divulgação desses vídeos ajudou a catalizar reação", conta um investidor que é ativo compartilhador. Só uma pressão popular forte seria capaz de vencer as

resistências do Congresso ao vice, Hamilton Mourão, não apenas por sua condição de general como pelas incertezas em relação aos arranjos de poder que levam o Congresso a comandar o Orçamento.

No dia seguinte, junto com a "frescura e o mimimi", começou a circular o segundo vídeo da dupla (https://www.youtube.com/watch?v=T_nnjL_vaQA).. Com uma duração de 1:14, tinha uma abordagem mais voltada para os empregados dos grupos para os quais havia seguido o primeiro e uma pegada de vendedor de porta de loja: "Todo dia é dia de preço alto no Brasil do Bolsonaro. Batata normal de R\$ 2 em 2018 para R\$ 7 em 2021. Carne de segunda agora R\$ 45 o kilo. Não é caro. É Bolsocaró. Arroz tão caro que é melhor trocar por macarrão. E a gasolina? Era R\$ 2,50 em 2018, hoje você vai pagar R\$ 5,80. E o bujão de gás? Já está R\$ 100. Isso mesmo, R\$ 100 o gás cie cozinha. É Bolsocaró demais. Taoquei? Dólar? Ta quase R\$ 6. Auxílio emergencial? Era R\$ 600 agora apenas três parcelinhas de R\$ 250. Cheques na conta da Michelle? Pelo menos R\$ 89 mil. E a mansão do Flávio? Por R\$ 6 milhões. É melhor Jair-se-endividando. Aproveite nosso estoque cheio de cloroquina. Vacina contra a Covid? Essa quase não tem. Supererrado Bolsocaró. Metendo a mão no seu bolso e custando caro, muito caro".

Ecoss dessa mobilização chegaram aos ouvidos do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e do ministro da Economia, Paulo Guedes, que, de pronto, apareceram na conferência virtual da segunda-feira com o CEO da Pfizer, Albert Bourla, ao lado do presidente da República. Ao ver Guedes anunciando o adiantamento de 15 milhões de doses da vacina depois daquela reunião, uma liderança parlamentar lembrou-se da articulação do dono de uma grande rede de hospitais que, em janeiro, o procurou para tentar negociar a liberação da compra de vacinas em coordenação com os prefeitos dos municípios em que tem unidades hospitalares.

A articulação não foi pra frente porque a Moderna, laboratório procurado, só se comprometeu com entregas em maio. Este parlamentar teve certeza de que se tratava de jogo de cena de Guedes. Não haveria aquela disponibilidade da Pfizer para pronta-entrega. A empresa não comenta, mas os fatos subsequentes confirmariam sua percepção. A estimativa de entrega de vacinas pelo Ministério da Saúde, até o fim de março, caiu de 48,9 milhões para a metade, num intervalo de 18 dias.

Os grupos de whatsapp de investidores e empresários já tinham informação, àquela altura, de que os cronogramas de entrega de vacinas do governo não se sustentavam. O presidente da Câmara, Arthur Lixa (PP-AL), também transpareceu a preocupação ao

divulgar, em redes sociais, a conversa com o embaixador da China no Brasil, Yan Wanming, em que fez um apelo dramático por vacinas: "Me dirijo ao governo chinês, nesse momento de grande angústia para nós brasileiros, para que nossos parceiros chineses tenham um olhar amigo, um olhar humano, um olhar solidário, que nos ajudem a superar esse momento de muita dificuldade na pandemia".

Àquela altura, já circulava um terceiro vídeo nos grupos de investidores (https://valor.globo.com/videos/?video_id=9346421?utm_source=twitter&utm_medium=share-player-desktop) em que as declarações de Bolsonaro de afronta ao isolamento eram contrastadas com a de seis dirigentes mundiais: Giuseppe Conte (Itália), Emmanuel Macron (França), Alberto Fernandez (Argentina), Angela Merkel (Alemanha), Cyril Ramaphosa (África do Sul), Boris Johnson (Reino Unido), Narendra Modi (Índia), Jacinda Ardern (Nova Zelândia) e Vladimir Putin (Rússia).

A frustração crescia junto com a certeza de que, no governo, não há ninguém capaz de operar um "gabinete de crise" para um esforço emergencial. O ministro Eduardo Pazuello, que discutiu a montagem de um grupo do gênero com os governadores, está com a cabeça a prêmio porque o presidente precisa tirar os cadáveres de suas costas. A ministra considerada mais eficiente do governo, Teresa Cristina, da Agricultura, está imobilizada pela vigilância sobre o secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, guardião dos interesses de desmatadores.

O Secretário de Assuntos Estratégicos, Flávio Rocha, forma com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, a dupla que tenta dar agilidade na reação presidencial à crise das vacinas. Eles se aproximaram na viagem que fizeram juntos à Europa e à Ásia, para conhecer os potenciais fornecedores do 5G brasileiro. Como é uma operação de imagem, porém, sem efeito real sobre a coordenação da logística de vacinação, acaba por enxugar gelo. Embora, publicamente, os ministros duelem nas redes contra os ataques a Bolsonaro, internamente se dedicam a esforços singelos como o de explicar, ao presidente da República, 270 mil mortos depois: "Não, presidente, ninguém aqui quer que o senhor abandone o spray nasal, mas o que as pessoas estão pedindo mesmo é vacina".

Depois da cena montada no encontro da Pfizer, o ministro da Casa Civil, Paulo Guedes, dedicou-se ao esforço inútil de evitar que a PEC Emergencial desidratasse. Chegou a se deslocar até a casa do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, na companhia do ministro da Casa Civil, Braga Neto, para tentar montar uma equação capaz

de fazer com que o novo auxílio emergencial abrisse o menor rombo possível no Orçamento. "É muito barulho por quase nada", definiu o diretor da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, ao Valor.

Parlamentares que acompanharam a saga têm a convicção de que o buraco vai extrapolar os R\$ 44 bilhões definidos na PEC. Tentativas como aquela feita por Guedes de fazer caber um novo programa de redução de salário e jornada no seguro desemprego, dizem, vai dar com os burros n'água. A aposta é de que, no mínimo, o rombo no Orçamento vai a R\$ 100 bilhões, mas para caber o que todos querem, precisaria chegar à metade dos R\$ 600 bi do Orçamento de Guerra. Como se sabe que dólar, **inflação** e juro explodiriam nesse cenário se seguram, mas não de graça.

Foi este Congresso que entrou em parafuso com a liberação da candidatura e com o discurso com o qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou que voltou ao jogo. Desmontou todos os arranjos para 2022 que vinham sendo feitos na base das lideranças que atuaram para a eleição de Lira, como o ex-prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), que sempre estiveram em campo oposto ao do PT.

Foi a vez de o próprio presidente da República entrarem ação. Enviou um emissário a São Paulo para discutir com o ministro Nunes Marques a solução para deixar Lula com uma espada na cabeça que resultou no pedido de vistas da suspeição do ex-ministro Sérgio Moro. Fez ainda uma reintrodução, mal-ajambrada, do Estado de Sítio na crônica da crise. A pretexto de criticar o toque de recolher que vem sendo decretado em vários Estados, disse que a medida só pode ser abrigada sob regras de exceção previstas na Constituição. Ninguém levou a sério. Os três quintos da chancela do Congresso são insuperáveis.

Lula, porém, não desnorteou apenas o Congresso, mas os empresários que vinham buscando operar uma saída de cena institucional para Bolsonaro. Como a rejeição impera, as conversas de deslocaram para as costuras, que vêm de longe, de um nome de centro capaz de enfrentar o ex-presidente petista. O grupo, porém, não perdeu o foco.

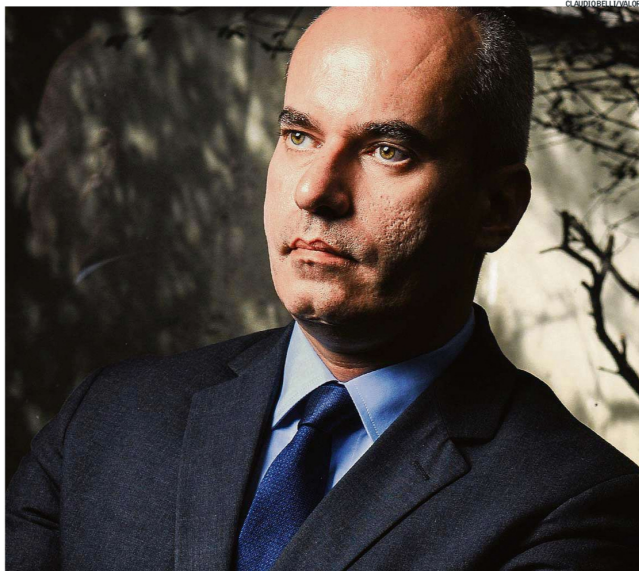
Na tarde da sexta-feira, mais um vídeo foi para o ar, com duração de um minuto, em contagem regressiva (https://valor.globo.com/vi-deos/?video_id=9344590):

.: "No tempo que você gastará para ver esse vídeo, mas um brasileiro morrerá de covid, mais 50 ficarão infectados, mais 300 sem vagas nos hospitais. Enquanto isso Bolsonaro vai negar várias vezes a pandemia, debochar de quem usa máscara, menosprezar a vacina, agredir médicos, cientistas,

jornalistas e governadores. E dizer que tudo é frescura e mimimi. Enquanto isso, Lira vai engavetar mais um pedido de impeachment. E Rodrigo Pacheco vai dizer que tudo é jogo de palavras. E você, o que pensa? O que passa agora do fundo do seu coração? O que está pensando em fazer para acabar com todo esse absurdo antes que tudo vá para o espaço? Fora Bolsonaro".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

"Índice de miséria" em alta afeta popularidade de Bolsonaro



Sergio Vale, da MB Associados; estimativa de crescimento de 2022 deve ser reduzida de 2,4% para menos de 2%

Sérgio Lamucci

O cenário de desemprego elevado e **inflação** alta vai continuar nos próximos meses, uma combinação que tende a pressionar ainda mais a popularidade do presidente Jair Bolsonaro. Composto pela soma da taxa de desocupação e do índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) em 12 meses, o índice de miséria calculado pela MB Associados se aproxima de 20 pontos, o nível mais alto desde setembro de 2016.

Em fevereiro, o indicador ficou em 19,8 pontos, considerando um IPCA acumulado em 12 meses de 5,2% e por uma taxa de desemprego com ajuste sazonal de 14,6%, estimada pela MB - o número mais recente divulgado pelo IBGE é o de dezembro. Para o economista-chefe da consultoria, Sérgio Vale, o aumento do índice de miséria tem peso importante para o recuo na aprovação de Bolsonaro, num quadro de agravamento da pandemia e em que o auxílio emergencial deixou de ser pago neste ano.

Segundo pesquisa XP/Ipespe divulgada na sexta-feira, 45% dos entrevistados avaliam o governo como ruim ou péssimo, uma alta em relação aos 35% do fim do ano passado. A fatia dos que o consideram ótimo ou bom caiu de 38% para 30%. A pesquisa mostra ainda que 63% dos consultados dizem que a economia está no caminho errado e que 61% veem como ruim ou péssima a gestão de Bolsonaro da pandemia.

Para Vale, como a expectativa é de que o índice de miséria continue a piorar nos próximos meses, "não será difícil ver" a popularidade de Bolsonaro seguir a trajetória de queda. A **inflação** elevada tem afetado especialmente os mais pobres, por causa da disparada dos preços de alimentos, que pesam mais na cesta de consumo de quem tem renda mais baixa. No IPCA, a alimentação em domicílio subiu quase 20% nos 12 meses até fevereiro.

"Se considerarmos que as pressões em commodities vão continuar neste ano, será outro período de **inflação** de alimentos, que se junta agora a outras pressões que estão aparecendo em outros bens, com o choque cambial e a desestruturação da indústria com a pandemia", afirma Vale. Para ele, o IP-CA vai atingir 7,1% no acumulado em 12 meses até maio, fechando o ano em 4,3%-acima, portanto, da meta perseguida pelo Banco Central (BC) neste ano, de 3,75%.

O cenário para o mercado de trabalho também é desfavorável para Bolsonaro. Com a suspensão do auxílio emergencial, a economia começou o ano patinando, devendo perder mais fôlego nos próximos meses. Vários Estados e municípios passaram a adotar medidas mais rigorosas de isolamento social, devido ao forte aumento do número de casos e mortes pela covid-19. Isso vai afetar especialmente o setor de serviços, o maior empregador da economia. Nas estimativas de Vale, o desemprego, que fechou o ano passado em 13,9% na série com ajuste sazonal, ficará em 15% ou mais de abril a julho deste ano.

O índice de miséria é obviamente uma simplificação. O objetivo é dar uma ideia da sensação de bem estar na economia, combinando a evolução do custo de vida com um indicador importante do mercado de trabalho.

Vale acredita que a volta do auxílio emergencial não terá um impacto significativo sobre a economia - o valor será mais baixo, o público-alvo será menor e o benefício, a princípio, vai ser pago por um período mais curto. "O efeito vai ser bem menor. As pessoas vão pagar dívidas e comprar coisas básicas como alimentos." Com isso, o impacto positivo do auxílio sobre a popularidade de Bolsonaro deverá ser menor do que foi em 2020.

O economista da MB diz que a **inflação** encerrará o

ano em 4,3%, "supondo que o BC reaja com rapidez", mas avalia que o IPCA pode ficar mais alto. "Com o acúmulo de pressões, não será difícil nós vermos uma dupla de 5: **inflação** cie 5% e juros de 5% - 5,5% mais precisamente", diz Vale, referindo-se ao nível que espera para a Selic no fim do ano. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá começar um ciclo de alta dos juros básicos, hoje em 2% ao ano. Ele projeta alta de 0,5 ponto percentual na reunião de amanhã e quarta-feira.

Para 2021, Vale estima um crescimento de 2,6%, "com todos os riscos políticos e de pandemia presentes". É um número inferior à herança estatística que o ano passado deixou para este ano, de 3,6%. Isso significa que, se o **PIB** terminar o ano no mesmo nível do fim de 2020, a expansão será de 3,6% em 2021 - ou seja, pela previsão da MB, o **PIB** vai encerrar o quarto trimestre abaixo do patamar do mesmo período de 2020. A consultoria prevê recessão técnica no primeiro semestre, com retração da economia de 0,9% no primeiro trimestre e de 0,4% no segundo, nos dois casos em relação ao trimestre anterior.

Para 2022, Vale deve reduzir a projeção de 2,4% para menos de 2%. "A ideia é que haverá um impacto mais completo dos juros, que nós projetamos em 5,5% neste ano e em 6,5% ano que vem", afirma ele. "Junto com menos auxílio emergencial, isso pode tirar ritmo da construção civil. No fim, o investimento fica prejudicado pela incerteza política e o consumo, pela recuperação muito lenta do mercado de trabalho e pelo receio de perda de emprego pela população."

Nesse quadro, o que os analistas começam a desenhar é uma recuperação mais lenta do que se esperava no segundo semestre e em 2022. O progresso da vacinação deverá ajudar, ao reduzir o contágio da covid-19 e abrir espaço para o relaxamento das medidas de isolamento social. No entanto, os juros mais altos tendem a segurar a velocidade da retomada.

Essa avaliação de que o crescimento de 2022 será mais modesto começa a ganhar força, indicando que a economia poderá ter um ritmo de expansão modesto no ano das eleições presidenciais. Na sexta-feira, o Itaú Unibanco reduziu a estimativa para a expansão do **PIB** deste ano de 4% para 3,8% (o carregamento estatístico explica quase todo o número), promovendo uma redução mais significativa para a do ano que vem, de 2,5% para 1,8%.

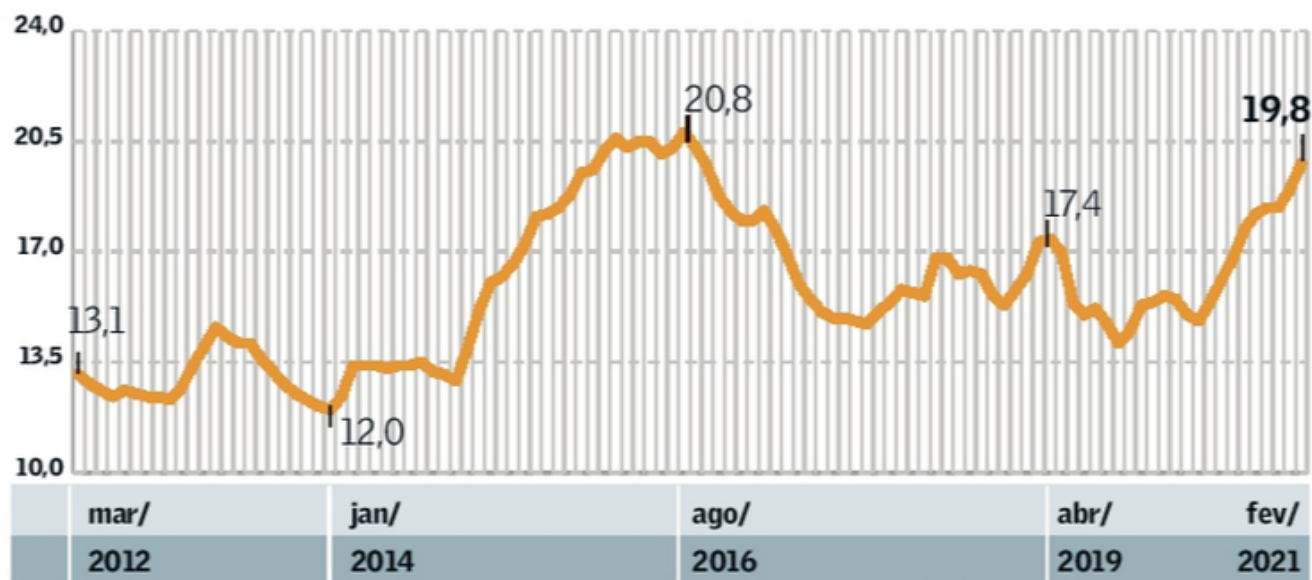
Na visão do banco, "três fundamentos permitiam a retomada do crescimento": o avanço da vacinação, a expansão robusta da economia global e a manutenção dos juros baixos. "O aumento do risco fiscal e a consequente deterioração das condições financeiras

impedem a manutenção dos juros em patamares mais baixos e reduz a perspectiva de crescimento adiante", diz o Itaú Unibanco, em relatório. Um ritmo fraco de expansão do **PIB** em 2022, se confirmado, tira um trunfo importante de Bolsonaro na disputa pela renovação do mandato. Ainda que a **inflação** fique mais baixa, devido aos juros mais altos, a recuperação do mercado de trabalho não deverá ser das mais velozes.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Cenário adverso

A evolução do índice de miséria* (em pontos)



Fonte: IBGE . Elaboração: MB Associados . *O indicador é formado pela soma da taxa de desemprego com ajuste sazonal e do IPCA acumulado em 12 meses. O desemprego de janeiro e fevereiro de 2021 são estimativas da MB Associados

Boulos diz que união da esquerda em 2022 é "possível e necessária"



Boulos: "A gravidade desse cenário no país nos leva à construção de uma unidade que não estava posta em 2018"

Cristiane Agostine

A construção da frente ampla defendida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que extrapole os muros da esquerda e se aproxime de setores do centro e da centro-direita, já encontra resistência entre aliados do petista. Um dos principais líderes nacionais do Psol, Guilherme Boulos diz que é importante ampliar o diálogo, mas descarta a possibilidade de um acordo com setores conservadores para a disputa contra o presidente Jair Bolsonaro em 2022.

Boulos defende uma aliança dentro da centro-esquerda, diz que a unidade desse campo político é "possível e necessária" e afirma que, diferentemente da eleição presidencial passada, a pandemia e a crise econômica impõem a necessidade de a esquerda superar suas divergências e seguir unida.

"Diálogo não arranca pedaço de ninguém. É importante que o faça, ainda mais diante da gravidade do momento que o Brasil vive. Agora, francamente, não acredito que o centro ou a centro-direita brasileira irão apoiar um projeto de esquerda", afirma.

Candidato do Psol à Presidência em 2018 e à Prefeitura de São Paulo em 2020, Boulos diz que é preciso buscar a interlocução com o centro e a centro-direita para fortalecer a oposição a Bolsonaro. No entanto, essa proximidade tende a acabar à medida que a eleição presidencial se aproximar. As principais diferenças, diz, estão nas propostas para a política

econômica.

Boulos diz que a agenda defendida pelo centro e pela centro-direita aproxima esses campos do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, e marca distância com a centro-esquerda no primeiro turno. "Se existe um grau de unidade contra o negacionismo de Bolsonaro, em defesa das liberdades democráticas, é importante que se semeie essa unidade. Mas, numa eleição, não está em questão apenas contra quem você está brigando. Está em questão o projeto que está se apresentando para o país, e o que a esquerda e a centro-esquerda apresentam não é neoliberal, de cortes, de privatização", diz.

"A centro-direita terá seu candidato ou seus candidatos. Mas, no segundo turno, sou favorável à unidade democrática contra o Bolsonaro caso ele esteja lá."

O Psol começou a discutir a possibilidade de abdicar de uma candidatura própria para apoiar Lula, mas Boulos evita falar em nomes para disputar a Presidência no próximo ano. O dirigente afirma que tem mantido conversas com lideranças políticas de outros partidos, com vistas a uma aliança da centro-esquerda, e que sua prioridade é "construir a unidade" para 2022.

Em 2018, com Lula, a centro-esquerda se pulverizou entre as candidaturas de Fernando Haddad (PT), de Ciro Gomes (PDT) e de Boulos. Agora, o dirigente do Psol diz que o cenário caótico enfrentado pelo país, com mais de 2,2 mil mortes diárias por covid-19 e o desemprego de cerca de 14 milhões de pessoas, forçará a uma união. "É possível e necessária."

"A gravidade do cenário no país nos leva à construção de uma unidade que não estava posta em 2018", afirma Boulos. "Não estamos em um período de normalidade. É preciso botar a bola no chão e olhar a situação. O país tem a pior condução da pandemia no mundo, desemprego, fome, **inflação**, corte no auxílio emergencial e um presidente que só fala em golpe, arma e semeia o ódio."

O líder do Psol evita também falar sobre as divergências dentro da centro-esquerda, sobretudo em relação aos ataques do ex-ministro e presidente

Ciro Gomes a Lula e ao PT. Para Boulos, Ciro faz uma "opção tática" ao buscar a interlocução com o centro e até com a centro-direita em detrimento à esquerda para tentar viabilizar sua pré-candidatura para 2022.

Caso o Psol não lance uma candidatura própria à Presidência, Boulos é tido como um potencial candidato ao governo de São Paulo. O bom resultado eleitoral em 2020 na disputa pela Prefeitura de São Paulo, ao chegar em segundo lugar, cacifou o político para o governo paulista. O partido pretende articular uma aliança com o PT, que ainda não apresentou nomes fortes para a disputa paulista. O candidato deve ter como principal adversário o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que depois da entrada de Lula no jogo eleitoral de 2022 passou a falar publicamente em tentar a reeleição- e não mais disputar a Presidência.

O tom adotado por Boulos se diferencia do discurso feito por Lula após ter retomado seus direitos políticos - e a possibilidade de se candidatar à Presidência. Em São Bernardo do Campo, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, seu berço político, o ex-presidente fez acenos ao centro e a empresários, e um apelo: "Não tenham medo de mim". Lula defendeu o diálogo com setores conservadores para construir um programa de governo para "salvar" o Brasil, em uma agenda com temas como a vacinação contra a covid-19 e a implementação imediata do auxílio emergencial.

O ex-presidente defendeu ainda a construção de uma aliança para além da esquerda. "Vejo muita gente falar de frente ampla, com PCdoB, PT, Psol, PSB. Isso é uma frente de esquerda, não tem nada de ampla. Isso a gente faz desde 1989. Frente ampla é se a gente tiver capacidade de conversar com outras forças que não estão no espectro da esquerda. É possível? É", afirmou o ex-presidente, na quarta-feira. Ao pedir que os setores conservadores não tenham medo dele, Lula disse ser "radical" porque quer "ajudar a construir um mundo justo, mais humano".

Coordenador nacional do MTST, Boulos avalia que mesmo com a grave crise sanitária e o agravamento das crises social e econômica, o eventual impeachment de Bolsonaro dificilmente será viabilizado. O presidente ainda tem maioria no Legislativo, com a aliança com o Centrão, e a pandemia tem impedido a mobilização popular nas ruas contra o governo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Manobras contra o voto (3)

O direito ao voto é elemento essencial de um Estado Democrático de Direito. Esse direito fundamental pode ser ameaçado não apenas pela suspensão de uma eleição, por exemplo.

Há muitas maneiras de distorcer a expressão da vontade popular nas urnas. Em concreto, a reforma eleitoral em discussão na Câmara tem dois temas que afetam diretamente a capacidade de o eleitor definir livremente quem serão seus representantes.

Há a tentativa de voltar a permitir as coligações partidárias nas eleições proporcionais.

Trata-se de um claro retrocesso, cujo objetivo é revogar uma das medidas mais positivas ocorridas nos últimos anos na legislação eleitoral.

Antes de 2017, era permitido que os partidos estabelecessem coligações nas eleições proporcionais (deputado federal, deputado estadual e vereador), o que fazia com que o voto num determinado candidato pudesse eleger outro candidato, de outro partido, simplesmente em razão de uma coligação entre as legendas. Nesse sistema, o eleitor não tem controle sobre os efeitos do seu voto, o que traz problemas sérios em relação à representação.

Perante esse problema, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional (EC) 97/2017, proibindo as coligações partidárias nas eleições proporcionais, com vigência a partir de 2020. Foi uma importante conquista que, até o momento, só foi aplicada nas eleições municipais do ano passado.

Não faz nenhum sentido que, antes mesmo de começar a produzir seus efeitos nas esferas federal e estadual, a proibição das coligações seja revista.

Vale lembrar que se trata de matéria constitucional, aprovada em 2017 por mais de três quintos das duas Casas Legislativas, em dois turnos. A pretensão de revisar agora a proibição das coligações partidárias em eleições proporcionais manifesta descaso com a Constituição, que deve dispor de um mínimo de estabilidade e perenidade, bem como com o próprio Legislativo, que há pouco se debruçou sobre o tema e proferiu uma decisão.

O segundo tema capaz de piorar a qualidade da representação refere-se à criação do chamado "distritão".

Ressalta-se que, apesar do nome, essa medida nada tem a ver com o voto distrital, vigente em muitos países. No sistema distrital, há uma divisão do território em pequenas circunscrições eleitorais, nas quais há apenas um candidato por partido, permitindo uma melhor avaliação das propostas partidárias e, por consequência, um melhor acompanhamento do candidato eleito ao longo do mandato.

O voto distrital aproxima o candidato do eleitor e, com isso, contribui para diminuir o custo das campanhas eleitorais.

Já no "distritão" não se trata de aproximar o eleitor dos candidatos, e sim de assegurar domínio político sobre determinado (e grande) território.

A estratégia não é nada sutil. Trata-se de implantar o sistema de eleição majoritária em grandes circunscrições, chamando cada Estado de distrito.

Com isso, a representação partidária é desvalorizada.

O "distritão" beneficia os candidatos conhecidos, notadamente aqueles que já têm mandato. Nessa nova dinâmica, ganham as personalidades do mundo do entretenimento e os oligarcas da política, cujos nomes são facilmente reconhecidos pelos eleitores. Saem ganhando também grupos que detêm poder territorial - milícias, igrejas e coronéis.

O "distritão", para muitos, é uma manobra para assegurar a reeleição - ou melhor, a perpetuidade - de chefes partidários e seus prepostos.

Além de prejudicar a sempre necessária renovação do Legislativo, esse sistema avilta a democracia representativa, uma vez que os eleitos não representam nada senão eles mesmos, em total desacordo com o regime representativo inscrito na Constituição, com participação fundamental dos partidos.

A **reforma política** deve aperfeiçoar o sistema, e não piorá-lo. Coligações em eleições proporcionais e "distritão" diminuem a liberdade do eleitor, seja distorcendo a vontade expressa nas urnas, seja impondo um sistema que apenas consolida o poder de alguns. A liberdade política dá direito a escolher, e não simplesmente a obedecer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>